

JADERSON CHERVINSKI

**OS BANCOS NO MERCADO BRASILEIRO NO PERÍODO PÓS 1994:  
REESTRUTURAÇÃO E A EVOLUÇÃO DO SPREAD.**

Monografia entregue ao curso de  
Ciências Econômicas da Universidade  
Federal do Paraná como pré-requisito  
parcial para a conclusão do curso

Orientador: Prof. Adilson Antonio Volpi

CURITIBA  
2008

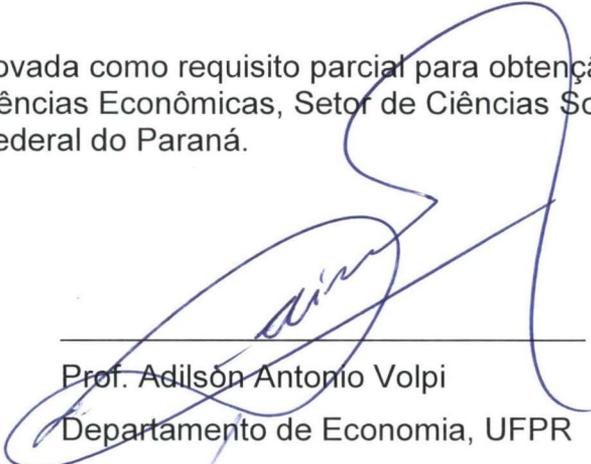
## TERMO DE APROVAÇÃO

JADERSON CHERVINSKI

OS BANCOS NO MERCADO BRASILEIRO NO PERÍODO PÓS 1994:  
REESTRUTURAÇÃO E A EVOLUÇÃO DO *SPREAD*.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador:



Prof. Adilson Antonio Volpi  
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Fabiano Abranches Silva Dalto  
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Othon Juruá Rolim de Souza Reis  
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 01 de Dezembro de 2008.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 BANCOS: UMA REVISÃO TEÓRICA.....	4
2.1 A TEORIA NEOCLÁSSICA DA FIRMA BANCARIA.....	4
2.2 TEORIA KEYNESIANA DA FIRMA BANCÁRIA: A PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ DOS BANCOS.....	6
2.3 A ATUAÇÃO DOS BANCOS NA TEORIA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA..	8
2.4 REGULAÇÃO E SUPERVISÃO FINANCEIRA.....	11
2.5 IMPACTO DA POLÍTICA MONETÁRIA SOB OS BANCOS.....	15
2.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	19
3 O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO.....	20
3.1 O MERCADO BANCÁRIO: EVOLUÇÃO A PARTIR DA CONCEPÇÃO TRADICIONAL.....	20
3.2 ESTRUTURA DO MERCADO BANCÁRIO NO BRASIL.....	22
3.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	29
4 O PERFIL DE ATUAÇÃO DOS BANCOS BRASILEIROS.....	30
4.1 EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS.....	30
4.2 IMPACTOS DA REGULAÇÃO NA ATUAÇÃO BANCÁRIA.....	36
4.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	37
5 ESTRUTURA E DETERMINANTES DO <i>SPREAD</i> BANCÁRIO NO BRASIL.....	39
5.1 EVOLUÇÃO DO <i>SPREAD</i> NO BRASIL.....	40
5.2 OS DETERMINANTES DO <i>SPREAD</i> NO BRASIL: UMA REVISÃO DAS METODOLOGIAS.....	42
5.2.1 Introdução aos conceitos e metodologias de <i>spread</i> bancário.....	42
5.2.2 <i>Spread</i> ex-ante.....	44
5.2.3 <i>Spread</i> ex-post.....	46
5.3 VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS NO PERÍODO RECENTE .....	46
5.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	50
6 CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS.....	54

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Evolução das dependências bancárias por tipo(1996 – 2006)...	26
GRÁFICO 2 – Títulos do Tesouro Nacional: Mercado x BACEN.....	31
GRÁFICO 3 – Evolução Selic x Fatos Relevantes.....	32
GRÁFICO 4 – Participação das operações de crédito e das operações em TVM no ativo dos 50 maiores bancos o Brasil (2000 – 2005).....	34
GRÁFICO 5 – Participação das receitas das operações de crédito e das operações em TVM na receita de intermediação financeira dos 50 maiores bancos o Brasil (2000 – 2005).....	35
GRÁFICO 6 – Comparativo: <i>Spread</i> Bancário no Brasil e no Mundo.....	40
GRÁFICO 7 – <i>Spread</i> Bancário no Brasil 1994 a 2004.....	41
GRÁFICO 8: <i>Spread</i> Bancário no Brasil no período recente.....	42
GRÁFICO 9: Meta Selic x Taxa Média Geral x <i>Spread</i> Médio Geral.....	48

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TABELA 1: Concentração no Setor Bancário Brasileiro (1996 – 2006).....	23
TABELA 2 – Participação percentual das instituições do segmento bancário nos ativos deste segmento (1996 – 2006).....	24
TABELA 3 – Participação percentual de ativos, depósitos e operações de crédito conforme tamanho da rede de agências (1996 – 2006).....	25
TABELA 4 – Evolução do Crédito Total .....	27
TABELA 5 – Índice de Basileia dos 10 maiores bancos do país.....	36
TABELA 6 – Resumo da literatura sobre <i>spread</i> bancário após 1994.....	43
TABELA 7 – Determinantes do <i>spread</i> bancário <i>ex-ante</i> .....	44
TABELA 8 – Estrutura do <i>spread</i> bancário <i>ex-ante</i> .....	46
TABELA 9: Estrutura do <i>spread</i> bancário <i>ex-post</i> .....	47
TABELA 10: Decomposição do <i>spread</i> bancário – Proporção.....	49

## RESUMO

Este trabalho analisa o mercado bancário brasileiro, e, através de duas hipóteses, a da concentração do mercado e a da preferência pela liquidez dos bancos brasileiros expressa nas aplicações em títulos públicos, analisa a evolução do *spread* bancário do período de 1994 a 2007.

O setor bancário brasileiro tem sofrido forte influência tanto do grau de concentração do mercado quanto do perfil de preferência pela liquidez dos banqueiros. As duas hipóteses levantadas reforçam que a característica do Brasil de manter a taxa básica de juros a patamares elevados, permite aos bancos o exercício da sua preferência pela liquidez, ao alocar parte de seu portfólio de ativos em títulos públicos federais. Como a rentabilidade é alta, gera-se um considerável custo de oportunidade incorrido para a realização de uma operação de crédito. Tanto a questão do custo de oportunidade da taxa básica de juros quanto o processo de concentração de mercado ocorrido no período Pós-Plano Real, são hipóteses levantadas para analisar o *spread* praticado no Brasil.

A tendência recente de queda da taxa Selic acompanhada pela também queda dos *spreads* médios praticados, reforçam o argumento da preferência pela liquidez dos banqueiros. Esta mesma conclusão da influência positiva entre Selic e *spread* também foi verificada na maioria dos estudos realizados sobre a composição do *spread*, para todo o período de análise deste trabalho. A margem líquida, que também é outro componente relevante, reduziu com a queda recente do *spread* observado no período, sugerindo a hipótese de que os bancos estão repassando ao tomador de crédito, ao menos em parte, a redução no custo da intermediação financeira.

Palavras chave: Concentração de mercado. Preferência pela liquidez. *Spread*.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos tempos às economias sofrem profundas modificações, no entanto, o ambiente econômico em que os agentes estão inseridos apresenta uma característica em comum: a incerteza. A partir disso, o comportamento da economia pode ser compreendido com estudo da tomada de decisão dos agentes. Uma das teorias econômicas que explica a forma de atuação dos agentes em ambientes de incerteza é a teoria keynesiana na abordagem da preferência pela liquidez, que discute como os agentes se comportam em momentos de incerteza.

Este ponto da teoria econômica auxilia a discussão da operação de uma classe de instituições que se tornou participante essencial das economias: a firma bancária. Bancos produzem contratos que permitem àqueles que não possuem liquidez ter acesso a recursos monetários para que possam investir produzir ou apenas consumir. A incerteza é parte integrante da concessão de recursos presentes em troca de uma obrigação futura. Historicamente, o canal mais importante e mais utilizado de transmissão de liquidez é sem dúvida o banco.

Os bancos são instituições dotadas de uma complexa estrutura de operação e que normalmente são compreendidos como intermediários financeiros, dependentes de depositantes para obter recursos. Este foi o foco da abordagem da teoria neoclássica da firma bancária. A perspectiva keynesiana é a de que os bancos também são criadores de moeda. Os bancos ao concederem empréstimos, criam no seu passivo os depósitos correspondentes a este ativo que o cliente adquiriu. Assim, não só o crédito é um grande insumo de uma economia moderna, mas o próprio passivo bancário, sob forma de depósitos à vista, também cumpre um papel importante no sistema financeiro.

O fato, porém, é que esta característica dos bancos de criar moeda lhes permite compartilhar a natureza de autoridade monetária. Por isso, os Bancos Centrais de cada economia estabelecem regras para a operação dos bancos de modo a impedir abusos por parte destes, que possam ameaçar o bom

funcionamento da economia como um todo. O grande marco da regulação financeira foram os Acordos de Basileia que impuseram limites à atuação dos bancos, sobretudo na tomada de riscos que em algum momento possam prejudicar a eficiência do sistema financeiro. Da mesma forma, a política monetária de cada país também influencia a firma bancária podendo tomar medidas de contenção da criação de depósitos à vista, via recolhimentos compulsórios, e cumprindo função de prestador de última instância e segurador dos depósitos.

Particularmente no caso da firma bancária brasileira, esta é bastante rentável, fazendo com que vários estudos fossem elaborados com o intuito de apurar os motivos para a alta lucratividade. Além disso, o mercado bancário brasileiro, no período Pós-Plano Real, apresentou transformações importantes. Juntamente com o processo de estabilização de preços, que decretou o fim dos ganhos inflacionários dos bancos, programas de reestruturação bancária, privatização de bancos estaduais, adesão dos Acordos de Basileia e a entrada de bancos estrangeiros no país, resultaram numa intensa onda de fusões e aquisições, dando início a um processo de consolidação bancária.

Outra característica que norteia a atuação dos bancos no Brasil é taxa básica de juros, a Selic. Por ser alta e remunerar os títulos da dívida pública do país, faz destes uma ótima forma de aplicação. É rentável, seguro e principalmente líquido, fazendo com que a remuneração de toda operação de crédito seja comparada à sua rentabilidade. É a questão do custo de oportunidade.

Tanto as mudanças no mercado quanto a questão do custo de oportunidade da taxa básica de juros, são algumas das hipóteses levantadas para analisar o *spread* praticado no Brasil. Por representar o custo do crédito, ou seja, a diferença entre a taxa de captação e a taxa de juros dos empréstimos bancários, é bastante associado à margem de lucro dos bancos, e por conseqüência, associando de forma negativa os bancos ao baixo volume de empréstimos realizados no país. É amplo o conjunto de estudos publicados sobre o *spread*. Varias abordagens foram aplicadas buscando identificar o porquê o *spread* praticado no Brasil é alto, sendo considerado inclusive o maior do mundo.

Partindo de uma revisão teórica acerca da firma bancária, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise do mercado bancário brasileiro e através de duas hipóteses, a da concentração do mercado e a da preferência pela liquidez dos bancos brasileiros expressa nas aplicações em títulos públicos, analisar a evolução do *spread* bancário do período de 1994 a 2007. A metodologia adotada será a análise de dados referentes ao número de instituições financeiras atuantes no período e ao portfólio de alocação da carteira de ativos dos bancos, ambos divulgados pelo Banco Central do Brasil. E para analisar os componentes do *spread*, faremos um apanhado geral dos trabalhos já apresentados (até 2005), e um exercício de validação das principais variáveis explicativas até 2007. Buscamos respostas para as seguintes questões: a) o atual processo de consolidação ocorrida no mercado brasileiro, de alguma forma, afetou a oferta de crédito? b) qual o perfil de atuação dos bancos brasileiros uma vez que se confrontam com a opção de aplicação em títulos públicos? c) a evolução macroeconômica recente (2006 a 2007), alteram de alguma forma os resultados obtidos nos estudos sobre os determinantes do *spread* bancário até 2005? Espera-se chegar a essas e outras conclusões no final deste trabalho.

O trabalho será apresentado da seguinte forma: o primeiro capítulo tem como objetivo apresentar uma revisão das teorias da firma bancária, desde a concepção mais básica até as medidas atuais de regulação do funcionamento do sistema bancário; o segundo capítulo visa descrever a evolução do mercado bancário, com ênfase ao processo de consolidação do mercado brasileiro. O terceiro capítulo analisa a forma de atuação dos bancos, confrontando a aplicação em títulos com a oferta de crédito. E por fim o quarto capítulo apresenta a evolução do *spread* no Brasil, as metodologias empregadas para a definição dos determinantes, os resultados em comum entre os estudos até 2005, e através de uma extensão dos dados será verificado a atualidade das conclusões.

## 2 BANCOS: UMA REVISÃO TEÓRICA

O banco é uma das mais importantes instituições financeiras do mundo capitalista e a criação de depósitos à vista é um meio de pagamento alternativo à moeda criada pelo governo.

A firma bancária se defronta com o seguinte dilema: ser lucrativa, maximizando o volume do empréstimo, ou ser segura, maximizando a liquidez dos seus ativos. A escolha entre ativos líquidos, mas pouco rentáveis e ativos rentáveis, mas pouco líquidos, são as principais dúvidas enfrentadas pelos banqueiros. Teorias da firma bancária tentaram resolver, ou pelo menos suprir com argumentos este dilema.

Neste capítulo, apresentaremos a teoria Neoclássica e Keynesiana da firma bancária, e esta última sendo explicitada com base nos argumentos da preferência pela liquidez. Da mesma forma, a teoria da intermediação financeira dará sua contribuição no sentido de explicar com riqueza de detalhes a evolução da principal função dos bancos dentro de uma economia capitalista.

E por fim, os dois últimos tópicos relatam os impactos tanto da regulação e supervisão financeira, sobretudo os acordos de Basileia, quanto da política monetária sobre a atuação dos bancos.

### 2.1 A TEORIA NEOCLÁSSICA DA FIRMA BANCÁRIA

A abordagem neoclássica da firma bancária considera o banco como uma firma que opera a partir da captação de depósitos à vista, ou seja, o tamanho do banco é determinado exógenamente pelo valor que os depositantes mantêm na instituição. Quanto menor o número de clientes e menor o volume depositado, mais limitada será a atuação do banco. O problema do banco passa a ser o que fazer com os recursos captados, ou, quanto e como distribuir entre ativos e passivos.

Carvalho *et al* (2006, p. 233), deduz da teoria neoclássica a forma de definição da escolha do banco conforme abaixo.

Onde:

$R$ : reserva em dinheiro;

$E$ : empréstimos;

$r$ : taxa de juros;

$X$ : valor do fluxo de retirada dos depósitos, que ocorre com a probabilidade  $f(x)$ ;

$p$ : taxa punitiva imposta pelo prestador de última instância;

O custo do banco será dado pela receita de juros deixado de receber sobre o dinheiro que mantém parado. Em outras palavras, é o custo de oportunidade, ou a receita que o banco obteria se tivesse aplicado  $R$  a taxa de juros  $r$  :

1) Custo do banco em manter reservas:  $R = rR$

De acordo com Carvalho *et al* (2006, p. 233), “para a parcela de recursos que é emprestada, o custo incorrido pelo banco é dado pelo custo de empréstimo a ser obtido junto ao Banco Central, se e quando isso ocorrer. Logo o custo desta operação depende da probabilidade de que se revele uma deficiência de reservas”.

2) Custo de fazer empréstimos:  $R = \int p(X - R)f(X)dx$

3) Custo total:  $rR + \int p(X - R)f(X)dx$

Ainda em Carvalho *et al* (2006, p. 233), “o banco tentará minimizar este custo total determinando a proporção ótima entre  $R$  e  $E$ , isto é, através da determinação de  $R$ . Como o total  $R+E$  está predeterminado pelo valor dos depósitos, resolver este problema de minimização em relação a  $R$ , nos dá também o valor de  $E$ .”

4)  $d(rR + \int p(X - R)f(X)dx)/dR = 0 \quad \therefore$

5)  $r = p \int f(X)dx$

Para minimizar as perdas, o valor da penalidade (dada às probabilidades de que uma situação de deficiência de reservas ocorra), deverá ser exatamente coberto pela taxa de juros sobre empréstimo, para cuja realização foi necessário sacrificar reservas. Em suma, Carvalho *et al* (2006, p. 233) conclui que “em outras palavras, a distribuição entre  $R$  e  $E$  se fixa no ponto em que o retorno sobre o empréstimo marginal é igual ao custo marginal de se sacrificar reservas.”

## 2.2 TEORIA KEYNESIANA DA FIRMA BANCÁRIA: A PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ

A teoria keynesiana aplicada à firma bancária permite tratar de situações em que as alternativas disponíveis são mais variadas e complexas do que a já tratada abordagem de neoclássica de reservas/empréstimos. Segundo Carvalho *et al* (2006, p. 233), o próprio Keynes já havia afirmado no início da década de 30 que os bancos raramente acumulavam reservas em caixa, além daquelas que o Banco Central eventualmente impunha. Já naquela época, apenas em circunstâncias extremas os bancos mantinham dinheiro ocioso<sup>1</sup>. Atualmente, a visão neoclássica é bastante inadequada diante da variedade de ativos existentes que oferecem algum retorno e alto grau de liquidez ou meios alternativos de defesa contra riscos, como por exemplo, derivativos.

Naturalmente, aqui como na teoria neoclássica, não encontraremos alternativas que sejam ao mesmo tempo as mais rentáveis e mais líquidas. A questão, assim, para o banco é buscar uma composição de carteira que atinja um equilíbrio entre a rentabilidade total e a liquidez do portfólio como um todo. Carvalho *et al* (2006, p. 234)

---

<sup>1</sup> Segundo Carvalho *et al* (2006, p. 233), baseado em J.M. Keynes. *A Treatise on Money*, vol.2, D.Moggridge(ed). The Collected Works of John Maynard Keynes, MacMillan, 1971

Para Keynes<sup>2</sup>, “o problema do banco não é quanto emprestar, mas que proporção de seus empréstimos pode ser feita com segurança nas formas relativamente menos líquidas”.

Da mesma forma, Carvalho *et al* (2007, p. 3) explica que “para um dado estado de expectativas, a preferência pela liquidez dos bancos determinará o perfil desejado de ativos que comprem e seus preços, isto é, a taxa de retorno que cada tipo de ativo deve oferecer para compensar seu grau de liquidez”.

Nesta perspectiva, a administração de passivos é um elemento tão fundamental da abordagem da preferência pela liquidez da firma bancária quanto à administração de ativos (...), assim, é de se esperar que o volume e o tipo de passivo a ser emitido por um banco sejam determinados conjuntamente com o volume e o tipo de ativos. Carvalho *et al* (2007, p. 3).

Em relação aos passivos do banco, de acordo com a abordagem da preferência pela liquidez, deveria se esperar que o volume e o tipo de passivo a ser emitido por um banco fossem determinados conjuntamente com o volume e o tipo de ativos a serem adquiridos.

Como aborda Carvalho *et al* (2007, p. 12), “adiantamentos a clientes são mais lucrativos que investimentos, e investimentos são mais lucrativos que letras ou empréstimos de curtíssimo prazo. Por outro lado, letras e empréstimos de curtíssimo prazo são mais líquidos que investimentos”.

De acordo com esta abordagem de preferência pela liquidez, não se deveria partir de uma dicotomia entre ativos líquidos versus ilíquidos, mas de graus de liquidez associados aos diversos ativos ao alcance dos bancos. O argumento de Keynes era que os bancos enfrentam o problema de escolha entre lucratividade contra liquidez.

---

<sup>2</sup> J.M. Keynes. *A Treatise on Money*, vol.2, pg 47. D.Moggridge(ed). The Collected Works of John Maynard Keynes, MacMillan, 1971

Ainda nesta abordagem,

É importante notar que essas avaliações dos bancos mudam de acordo com o grau de incerteza: quando os bancos sentem que um movimento especulativo ou *boom* do comércio pode estar chegando a uma fase perigosa, eles examinam mais criticamente a segurança por trás de seus ativos menos líquidos e tentam se mover até onde podem para uma posição mais líquida. Carvalho *et al* (2007, p. 13).

A preferência pela liquidez dos bancos se reflete, portanto, na cesta específica de ativos escolhidos pelo banco, dada a natureza dos seus depósitos à vista. Suas escolhas em relação a quanta liquidez deveriam reter, dependem da avaliação do risco de que os depositantes desejarem sacar suas obrigações. Se a incerteza aumentar, a preferência pela liquidez crescerá e as demandas por ativos se deslocarão para ativos mais líquidos ainda que menos lucrativos. Neste caso a oferta de crédito para clientes deverá declinar.

Em suma, a afirmação fundamental da teoria de preferência pela liquidez, é que a taxa de retorno esperada de um ativo tem de ser tal que compense seu grau de iliquidez, dado o grau de incerteza aceita pelos detentores de ativos, ou seja, o valor de retorno que os agentes estão preparados para abrir mão em troca daquela liquidez. Assim é possível ler a preferência pela liquidez de cada banco em seu balanço.

### 2.3 A ATUAÇÃO DOS BANCOS NA TEORIA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A intermediação financeira consiste na canalização de recursos de poupadores para investidores, facilitando a realização de investimentos produtivos em uma economia, e neste sentido o banco se destaca por desempenhar um papel especial no processo de intermediação financeira.

Modenesi *in* Carvalho *et al* (2007, p. 65) destaca que “o banco é um intermediário financeiro especial, pois o depósito à vista constitui uma forma singular de passivos. Além disso, possui contratos financeiros que são comercializáveis no mercado secundário”.

Ainda segundo o autor,

O banco é uma firma atacadista que compra ativos financeiros emitidos por tomadores de recursos (isto é, realiza empréstimos) e os revende para os emprestadores (isto é, capta depósitos). Porém, as características dos ativos emitidos pelas firmas normalmente são diferentes dos ativos desejados pelos depositantes. Modenesi *in* Carvalho *et al* (2007, p. 65).

Fica claro que os bancos não são um mero entreposto entre tomadores e depositantes, desempenhando uma função especial: transformar ativos financeiros.

Novamente o autor define bem este caráter:

Eles compatibilizam as necessidades de financiamento dos investidores com os desejos de poupança dos poupadores, transformando ativos ilíquidos e de mais longa maturidade (empréstimos) em ativos líquidos e de curta maturidade (depósitos); por isso são conhecidos como transformadores de maturidades. Modenesi *in* Carvalho *et al* (2007, p. 65).

A teoria original da intermediação financeira credita às falhas de mercado a principal explicação para a existência dos bancos. São instituições que resolvem problemas derivados da presença de informação assimétrica e / ou imperfeita e reduzem os custos decorrentes destas falhas.

Scholtens e Wensveen<sup>3</sup> (2003, *apud* Carvalho *et al.*, 2007) identificam três motivos para explicar a existência dos intermediadores financeiros: i) assimetria de informações; ii) custos de transação; iii) regulação.

Fica evidente que o motivo predominante na literatura para a existência dos intermediadores financeiros é a assimetria de informação. As assimetrias de informação geram imperfeições de mercado, que por sua vez tendem a gerar custos de transação. O intermediador cumpriria a função de reduzir estes custos.

---

<sup>3</sup> SCHOLTENS, B.; WENSVEEN, D.(2000). *A Critique on the theory of financial intermediation*. Journal of Banking and Finance, 24, p. 1243-1251.

Mas, para alguns autores a redução das externalidades geradas pelas assimetrias de informação e pelos custos de transação não é a função principal dos intermediadores financeiros. Scholtens e Wensveen<sup>4</sup> (2003, *apud* Carvalho *et al.*, 2007) destacaram o gerenciamento do risco como uma outra função essencial.

A argumentação se baseia em uma constatação empírica de que se os intermediadores existem devido a falhas de mercado e custos de transação, quando estas imperfeições fossem corrigidas, os intermediadores deixariam de existir. Contudo, isso não ocorreu.

Em função da revolução da tecnologia da informação, dos processos de liberalização, da desregulamentação financeira e da globalização econômica, a disponibilidade de informação sobre variáveis macroeconômicas e financeiras ampliou-se exponencialmente e os custos de transação se reduziram drasticamente nas duas últimas décadas. Por outro lado, não se verificou uma redução do papel desempenhado pelos intermediadores financeiros; ao contrário, há evidência de que a importância destes cresceu em muitos países. Modenesi *in* Carvalho *et al* (2007, p. 86).

Scholtens e Wensveen<sup>4</sup> (2003, *apud* Carvalho *et al.*, 2007) questionam a validade da teoria, e utilizando argumentação de Schumpeter<sup>5</sup> (1912, *apud* Carvalho *et al*, 2007) de criação de valor a partir de um processo contínuo de inovação, criação e padronização de serviços financeiros. Esta criação de valor resulta em vantagens para o gerenciamento de risco de uma forma mais eficiente e menos custosa do que os demais agentes econômicos, entendendo-se por risco a maturidade, inadimplência e o mercado (taxa de juros e preços relativos).

---

<sup>4</sup> SCHOLTENS, B.; WENSVEEN, D.(2000). *A Critique on the theory of financial intermediation*. Journal of Banking and Finance, 24, p. 1243-1251.

<sup>5</sup> SCHUMPETER, J.A. (1912) *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*. Leipzig: Duncker & Humbolt

Scholtens e Wensveen<sup>4</sup> (2003, *apud* Carvalho *et al.*, 2007) concluem que “os intermediadores financeiros não são monitores passivos dos processos entre poupadores e emprestadores, eles constituem contraparte ativa na intermediação: ofertam serviços específicos que não podem ser ofertados por agentes individuais, eles cobrem o risco”.

## 2.4 REGULAÇÃO E SUPERVISÃO FINANCEIRA

Faz-se necessário à inclusão da análise da regulação e supervisão financeira, dada sua capacidade de limitar as possibilidades de ação dos agentes financeiros, definindo não apenas as operações que podem legitimamente ser realizada como também o papel exercido pelos bancos centrais. A definição das regras de comportamento, porém, não esgota a intervenção do Estado no setor. Julga-se necessário supervisionar a atividade dos intermediadores financeiros para assegurar o adequado cumprimento das regras estabelecidas.

Segundo Carvalho *et al* (2006, p. 270), a extensa literatura disponível sobre as razões para que se busque a regulação das instituições financeiras gira em torno das externalidades geradas principalmente pelo setor bancário. Argumenta-se que importantes externalidades positivas e outras negativas resultam deste setor. A regulação serviria para padronizar as externalidades positivas e eliminar as negativas, uma vez as transações financeiras são marcadas por forte assimetria de informações.

---

<sup>4</sup> SCHOLTENS, B.; WENSVEEN, D. (2000). *A Critique on the theory of financial intermediation*. *Journal of Banking and Finance*, 24, p. 1243-1251.

A regulação tem como meta impedir a realização de negócios que possam ameaçar a segurança do sistema, que provavelmente seriam realizados na ausência destes limites. De acordo com Carvalho *et al* (2006, p. 272) a Regulação de Balanços foi uma das primeiras estratégias de regulação. Pode ser descrita por uma busca de controle direto sobre as operações das instituições financeiras, impondo demandas pesadas, como por exemplo, o banimento de certas classes de atividades a cada tipo de instituição financeira.

Com a evolução dos sistemas financeiros a regulação de balanços ficou obsoleta, fazendo surgir à figura do Coeficiente de Capital. Foram criadas estratégias de diversificação de fontes de recursos conhecidas como *liability management* (administração de passivos), que contribuíram para reduzir tanto a importância de depósitos à vista no passivo bancário quanto à eficácia de regulações que se apoiavam principalmente em indicadores relacionados a depósitos. Da mesma forma, cada vez mais as bancos passaram a assumir maiores riscos, e sendo mais influenciados pelos “mercados”.

A idéia central conhecida na literatura como o problema do agente e do principal é a de que intermediadores financeiros têm incentivos a correr riscos excessivos porque sua remuneração depende da realização do maior volume de negócios possível, particularmente aqueles de maior risco que, por isso mesmo, oferecem maiores taxas de rentabilidade. Carvalho *et al* (2006, p. 275)

Para esta ótica, portanto, o problema da segurança do sistema consistiria em evitar que as instituições financeiras corressem mais risco do que o aceitável. A prudência deveria ser estratégia ativa dos bancos.

O método mais consagrado foi o Acordo da Basiléia de 1988. Os países que aceitassem seus princípios introduziriam normas regulatórias estabelecendo coeficientes de capital exigidos dos bancos em proporção dos seus ativos, ponderados estes últimos de acordo com seus riscos. Cada banco deveria constituir capital próprio em valor proporcional às suas aplicações. Esta proporção dependeria do risco reconhecido em cada categoria de crédito dentro de detalhada lista preparada nas

conversações entre reguladores da Basileia e adaptadas às condições de cada país que aderisse ao sistema.

A idéia chave é simples: ao forçar os bancos a comprometer seu próprio capital, estar-se-ia compensando os incentivos perversos à aceitação de riscos excessivos criados pelo fato que, em caso de perda, esta seria inteiramente de responsabilidade de terceiros. Esta idéia vale frisar fundamenta não apenas estratégia de regulação prudencial, mas ao mesmo tempo propõe uma perspectiva de defesa do consumidor. Carvalho *et al* (2006, p. 276).

Se pelo lado das instituições agora estavam envolvidos seus próprios interesses, pelo lado dos órgãos reguladores, este acordo marcou o abandono do método de exame detalhado do balanço dos bancos e a imposição de indicadores de desempenho, em favor de uma relativa liberalização da atividade bancária sempre que os requisitos mínimos de capital fossem cumpridos.

Mas passados poucos anos de sua implementação (sendo que nem todas as suas disposições já tinham efetivamente sido aplicadas), o Acordo começou a apresentar algumas deficiências. Como este se concentrou na defesa contra riscos de crédito e priorizando os bancos de atuação internacional, a crescente inovação e diversificação promovida pelos bancos, que se sujeitavam a novos riscos, fizeram com que o Acordo fosse alvo de reexames e reorientações. Até que em 2004, foi divulgado o texto do novo Acordo, o Basileia II.

O objetivo central do novo texto é alinhar incentivos que os reguladores querem dar aos bancos para adotarem posturas de cautela com os incentivos que os próprios bancos utilizam na sua atividade de mercado. Em outras palavras, a ambição maior do novo acordo é que o coeficiente de capital que o regulador busque impor a cada banco seja exatamente aquele que próprio banco escolheria, voluntariamente, na administração de riscos. O novo acordo procura estimular a adoção de métodos avançados de administração de riscos. Carvalho *et al* (2006, p. 277).

Ainda sobre a definição do novo acordo,

O objetivo do Basileia II é revisar as normas do acordo de 1988, de modo a garantir uma melhor acomodação do capital regulatório dos bancos a seus riscos, levando em conta o progresso na

mensuração e na gestão de riscos, assim como as oportunidades que esse progresso oferece para uma supervisão mais sólida. Como um dos principais objetivos da supervisão bancária é a proteção dos depositantes, os supervisores também devem assegurar que as entidades bancárias individuais de um grupo bancário tenham capital adequado de base própria. Esse processo envolve uma aproximação entre o capital regulatório e o capital econômico, cujos níveis refletem as decisões dos próprios bancos à luz de suas expectativas de ganhos e perdas, independentemente da regulação em vigor, bem como uma ampliação das exigências de capital para a cobertura do risco operacional, assim como do risco de crédito. Cornford *in* Mendonça *et al* (2006, p. 13).

O Basileia II foi estruturado sob três pilares básicos:

- i. Cálculo dos coeficientes de capital;
- ii. Revisão pelo supervisor;
- iii. Disciplina de mercado;

Ao contrário do Basileia I, o novo acordo busca cobrir também o risco de mercado, isto é, o risco de que flutuações nos preços de títulos mantidos em carteira pudessem afetar a saúde financeira do banco; e risco operacional, isto é, o risco decorrente de problemas diversos que possam afetar a operação da instituição, como fraudes, incompetência gerencial, interrupção de serviços, etc.

Ainda em Carvalho *et al* (2006, p. 277), os bancos são divididos de acordo com sua capacidade de administração de riscos e àqueles mais avançados será concedida uma ampla, mas não total iniciativa a fixação dos coeficientes de capital. No segundo pilar, os supervisores bancários terão de ser capazes de julgar a capacidade de administração de risco de cada banco e a adequação dos coeficientes e métodos escolhidos. E pelo terceiro pilar, caberá ao mercado (clientes, acionistas, etc) completar esse processo, julgando por si mesmo até onde as estratégias de administração e risco escolhidas serão efetivas.

Apesar de algumas críticas sobre o novo acordo, como por exemplo, que este seria excessivamente complexo e prescritivo, o Banco Central do Brasil já aderiu à primeira fase do acordo, e anunciou para 2011, a fase final da implementação.

## 2.5 IMPACTO DA POLÍTICA MONETÁRIA SOB OS BANCOS

De acordo com Carvalho *et al* (2006, p. 289), “há uma corrente keynesiana que assim como o próprio Keynes acredita que a política monetária pode afetar variáveis reais”.

Em síntese, as autoridades monetárias têm a sua disposição três instrumentos para atingir seus objetivos:

- i. Fixação compulsória de reservas bancárias;
- ii. Determinação da taxa de juros das operações de redesconto;
- iii. Operações de compra e venda de títulos públicos;

Como explica Carvalho *et al* (2006, p. 290), os dois primeiros afetam a capacidade de os bancos comerciais de conceder crédito no curto prazo para satisfazer as necessidades de antecipação de receitas das empresas. As receitas são antecipadas para que sejam validados os compromissos com fornecedores de insumos e para que seja paga a folha salarial.

Em geral, esses recursos monetários são antecipados pelos bancos. Keynes acreditava que mesmo aquelas empresas que praticavam uma política de distribuição de lucros aos seus proprietários, não eram capazes de diminuir a sua dependência em relação ao sistema bancário. Portanto, qualquer necessidade de recursos deveria ser atendida pelos bancos. Carvalho *et al* (2006, p. 290).

Nesse sentido, os bancos desempenham uma função útil à produção em uma economia monetária, pois a capacidade de antecipação de receitas dos bancos tem uma relação direta com o volume de produto gerado pelas firmas.

Através do controle de reservas compulsórias e da taxa de juros das operações de redesconto, as autoridades monetárias afetam diretamente o volume de crédito ofertado pelos bancos e, conseqüentemente, as decisões empresariais relativas ao volume de produção, também chamadas sinteticamente de decisões de produção<sup>7</sup>.

As operações de compra e venda de títulos públicos realizada pelo banco central podem afetar as decisões empresariais de investimentos. Os potenciais investidores têm sempre variadas opções no momento em que decidem adquirir um ativo. Podem comprar máquinas ou títulos públicos. Sendo assim, fazem uma comparação levando em consideração principalmente dois quesitos: rentabilidade e liquidez. A liquidez da máquina é inferior à liquidez do título público. Então, quando as taxas de juros dos títulos públicos é superior ao rendimento esperado dos ativos de capital, os detentores de recursos monetários optam pela compra de títulos, não realizando investimentos. Carvalho *et al* (2006, p. 177).

Exemplificando, no caso brasileiro a taxa Selic, taxa básica da economia, define a remuneração dos títulos da dívida pública. Desta forma, os títulos públicos constituem uma forma de os investidores institucionais e agentes não financeiros, investirem seus recursos, auferindo esta remuneração. Desta forma, os investimentos do setor produtivo, passam a ser influenciado diretamente pela política monetária, seguindo a tônica da teoria keynesiana. É o que na prática define-se como custo do dinheiro para uma análise de viabilidade econômica.

Em relação aos riscos inerentes a uma operação financeira Carvalho *et al* (2006, p. 177) esclarece que os títulos da dívida do país apresentam uma avaliação extremamente favorável, uma vez que o único risco é o risco do país não honrar seus compromissos, ou seja, decretando uma moratória. Já em uma operação de crédito “normal”, isso não é verificado já que esta envolve uma série de outros fatores.

---

<sup>7</sup> CARVALHO *et al*, F.J.C., et al. *Economia Monetária e Financeira: teoria e política*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006.

Ainda na mesma análise, há uma outra questão envolvendo o custo de oportunidade: a alocação da carteira de ativos das próprias instituições bancárias. O próprio banco faz sua escolha de investir recursos conforme os riscos e retornos que o mercado proporciona. Quanto maior a remuneração e menor o risco que o título público auferir, maior a proporção de recursos alocados pelos bancos. Isso decorre do fato de os títulos públicos possuírem riscos muito menores se comparadas a uma operação de crédito, para pessoas físicas ou jurídicas. Graminho (2004, p. 9) descreve muito bem esta última passagem quando diz que “portanto, vê-se que a alocação do patrimônio dos bancos em títulos públicos ou em títulos de valores mobiliários é diretamente proporcional à remuneração oferecida pela taxa básica de juros da economia”.

Com a análise do custo de oportunidade, foi feita uma abordagem do canal de transmissão da política monetária via taxa de juros. Nesta abordagem, a transmissão via canal de crédito é um canal alternativo ao da taxa de juros, uma vez que este é muito mais perceptível ao consumidor de crédito.

Segundo Alencar (2002, p. 8), o canal de crédito tem como premissa básica à existência de fricções no mercado financeiro. Estas fricções gerariam uma distinção entre os custos de financiamento e o custo de oportunidade dos tomadores de empréstimo. De acordo com a literatura, a política monetária afetaria não apenas o nível geral das taxas de juros, mas também a diferença entre o custo de financiamento externo e o custo de oportunidade do financiamento interno, diferença chamada na literatura de prêmio do financiamento externo.

Este mecanismo de transmissão afeta principalmente às empresas que não possuem acesso ao mercado de capitais ou acesso a investidores potenciais. O que resta e estas empresas, portanto, é o financiamento através do sistema bancário. E os bancos, por sua vez, dependem da quantidade de recursos disponíveis no mercado monetário para alavancar suas ofertas de crédito.

Segundo Bernanke & Gertler <sup>8</sup> (1995, *apud* Alencar, 2002), o papel do crédito na transmissão da política monetária é examinado sobre o enfoque dos empréstimos bancários. Este enfoque tem por fundamento básico a idéia de que os bancos possuem um papel especial no sistema financeiro. Os bancos seriam mais especializados na superação de problemas de informações, de modo que muitos tomadores de empréstimos seriam dependentes do setor bancário.

Se por algum motivo a oferta de crédito bancário diminuísse, ocorreria um aumento no prêmio do financiamento dos agentes dependentes desse setor. Esse aumento, por sua vez, provocaria uma redução das atividades para as quais o financiamento seria dirigido, e em última instância, uma diminuição na produção agregada da economia.

Segundo Alencar (2002, p. 9), o enfoque dos empréstimos bancários exige três condições para ser relevante:

- i. Ao conduzir as operações de mercado aberto, o Banco Central influi na quantidade real de empréstimos ofertada pelos bancos;
- ii. Existem fricções no mercado de crédito, que tornam algumas empresas dependentes dos bancos em seu financiamento externo; e
- iii. O ajustamento de preços é imperfeito, o que faz com que os choques de política monetária não sejam neutros.

Portanto, a política monetária é transmitida indiretamente aos tomadores pela oferta de crédito.

---

<sup>8</sup> BERNANKE, B. ; GERTLER, M. (1995) Inside the Black Box: The Credit Channel of Monetary Policy Transmission. *Journal of Economic Perspectives* , 9, 27-48.

## 2.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A teoria da preferência pela liquidez permite não apenas retratar problemas de decisão dos bancos de um modo mais preciso, mas também de entender um pouco as mudanças que estão ocorrendo neste setor. Esta abordagem define as estratégias de balanço dos bancos, comparando retorno esperados e prêmios de liquidez de todo o conjunto de ativos.

A teoria da intermediação financeira, inicialmente fundamentada nas falhas de mercado, passa a contar com a nova análise sob a ótica do gerenciamento de risco, que por sua vez não condiciona a existência da teoria às imperfeições de mercado. A essa teoria, de base microeconômica, agregou-se uma visão mais heterodoxa, de caráter macroeconômico, em que os bancos desempenham papel ativo no processo de investimento das famílias, empresas e governo.

A regulação financeira, sobretudo seu métodos, têm passado por diversas modificações nos últimos anos. O objetivo principal do regulador é de evitar crises sistêmicas, enquanto que o objetivo da instituição é a maximização dos lucros. Neste sentido, o regulador tenta recriar um ambiente em que possa prever os passos da instituição. Talvez por isso que a missão está sendo cada vez mais árdua. O ambiente está cada vez mais complexo e cada instituição é única quanto ao ambiente que opera suas preferências e percepções, que juntas definem a tomada de decisão. O Basileia II não será o ultimo instrumento. Como aconteceu com o sistema, o regulador também passará por evolução, não necessariamente na mesma velocidade.

E por fim sobre a política monetária, fica clara sua capacidade de afetar a oferta de crédito bancário, uma vez que seus instrumentos impactam diretamente na capacidade de alavancagem dos bancos. A taxa básica além de influenciar diretamente o comportamento do crédito, também é parâmetro de comparação a investimentos, uma vez que quanto maior a taxa básica da economia, maior será a alocação de recursos em títulos públicos. Isto poderá trazer efeitos maléficos ao crescimento econômico, sobretudo sob a análise do canal de crédito, que deixa de receber investimentos para o setor produtivo.

### **3 O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DO MERCADO BANCÁRIO BRASILEIRO**

Este capítulo tem como objetivo analisar a evolução estrutural do mercado bancário brasileiro no período Pós-Plano Real. Será apresentado o processo de consolidação ocorrido no período, bem como as razões e os benefícios trazidos pela redução do número de instituições bancárias.

Partiremos de uma apresentação das principais características que marcaram o processo de evolução do mercado bancário em geral, e em seguida entraremos na análise do mercado bancário brasileiro. Pretende-se verificar como se deu a concentração do setor e qual o impacto direto para o consumidor, ou seja, quais os benefícios que a redução do número de instituições trouxe à sociedade, e quais os riscos incorridos caso esta concentração seja demasiada.

O capítulo será apresentado da seguinte forma: a) o mercado bancário na sua concepção tradicional; b) o mercado bancário brasileiro; c) conclusão do capítulo.

#### **3.1 O MERCADO BANCÁRIO: EVOLUÇÃO A PARTIR DA CONCEPÇÃO TRADICIONAL**

O mercado bancário passou recentemente por mudanças em relação à sua forma de organização, através de um movimento de consolidação internacional; em relação ao padrão de atuação, passando a ofertar serviços mais sofisticados aliando conhecimento técnico e inovação tecnológica; e por fim uma mudança estratégica, maximizando a utilização de passivos e ativos. De simples intermediador, o banco passou a grande coadjuvante para o desenvolvimento econômico, principalmente por financiar algumas economias.

As funções dos depósitos ficaram mais complexas, impulsionado pela sua substitutibilidade com outras formas de aplicação financeira, permitindo aos bancos uma administração de passivos mais ativa. Neste sentido, dentre as inúmeras inovações, podemos citar: barateamento dos serviços (manutenção depósitos, operação do sistema de pagamentos e concessão de empréstimos-padrão), criação de

novas formas de captação e aplicação de recursos, criação de produtos baseados no risco (como derivativos) e a rápida expansão do mercado de títulos.

Segundo Carvalho *et al* (2007, p. 108), “num novo ambiente competitivo, com mercados sendo constantemente protegidos por reguladores, somente a inovação seria vitoriosa. Inevitavelmente, a estática firma *marshalliana*, que aproveitava eficientemente as oportunidades existentes, cedeu lugar à firma *shumpeteriana*, que cria suas próprias oportunidades”.

Em relação a perspectivas futuras, o mercado bancário oferece duas trajetórias para expansão<sup>1</sup>:

- a) Na oferta de serviços básicos, colocando-se produtos de valor unitário geralmente baixo em mercados de massa;
- b) No desenvolvimento de produtos sofisticados, geralmente customizados, para clientes pessoas físicas de alta renda e corporativos;

Neste ponto da análise fica claro que, dependendo da estratégia do banco, pode-se supor que não seja interessante escolher entre as duas linhas, mas, escolher as duas, com a estratégia da conglomeração financeira. Para o caso brasileiro, os dois segmentos são bem definidos e explorados pelos bancos.

As condições atuais do mercado no Brasil são especialmente complexas porque os dois segmentos, o de produtos de massa e o de produtos sofisticados, oferecem grandes oportunidades de ganhos, em função das especificidades do mercado brasileiro e do baixo grau de bancarização da população de baixa renda. Assim, a conglomeração tende a se sustentar como a melhor estratégia, até por razões precaucionárias, permitindo explorar oportunidades nas duas frentes até que uma delas apresente sinais de esgotamento. Carvalho *et al* (2007, p. 118)

---

<sup>1</sup> Carvalho *et al*, F.C. *et al*. *Sistema Financeiro: Uma análise do setor bancário brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

Em suma, a visão tradicional de mercado bancário, está dando lugar a uma visão mais estratégica. A decisão agora, é que tipo de pacote de produtos a instituição oferecerá e a que tipo de classe. E a inovação, passa a fazer parte importante neste processo, e como veremos em seguida, a conglomeração também faz parte da estratégia adotada no Brasil nos últimos anos.

### 3.2 ESTRUTURA DO MERCADO BANCÁRIO NO BRASIL E AS MUDANÇAS NO PERÍODO PÓS-PLANO REAL

Nos últimos anos, a grande mudança que se observou no setor bancário brasileiro foi seu grau de concentração e consolidação. Em 1988, o Conselho monetário Nacional (CMN) criou a figura dos bancos múltiplos, através da Resolução n.º 4595, reorganizando as instituições em operação. As mudanças ocorridas no setor após esta implementação da resolução promoveram um aumento no número de instituições, passando de 125 em 1988 para 246 em 1994. Aumento de 51%.

Com a constante inflação apresentada no país, os bancos passaram a registrar enormes ganhos em operações “*overnight*”, ou seja, (títulos públicos com garantia de recompra e prazo de um dia) e “*float*” bancário, ou seja, ganhos com a disparidade de indexação, pois não havia correções dos valores parados em conta corrente ou valores obtidos mediante recolhimento de tributos, aplicando-os em títulos públicos. O foco não era a intermediação financeira.

Mas, com a implantação do Plano Real em 1994 e a queda significativa da inflação, a ineficiência e falta de competitividade de diversas instituições financeiras ficou clara, fazendo-se necessária uma intervenção do Banco Central em muitas destas instituições no sentido de diminuir a vulnerabilidade do sistema. Paralelamente, o Brasil adota através da Resolução do CMN n.º 2099 de 17 de agosto de 1994, como forma de regulação prudencial, o Acordo da Basileia enquadrando os agentes do sistema financeiro numa adequação a necessidade de convergência aos parâmetros introduzidos internacionalmente, servindo para reduzir o risco sistêmico ao dar maior solidez ao sistema.

Em seguida, Banco Central implementou em 1995 o PROER (Programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro nacional). Ocorreu também, um processo de privatização dos bancos estaduais promovido pelo governo federal, fazendo com que os bancos de porte médio ganhassem escala e escopo. A redução do número de bancos foi bastante expressiva. Das 230 instituições em operação em 1996, apenas 159 continuaram em operação em 2006. Abaixo, segue tabela demonstrativa.

**TABELA 1: Concentração no Setor Bancário Brasileiro (1996 - 2006)**

Bancos (1)	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Dez										
Públicos (2)	32	27	22	19	17	15	15	15	14	14	13
Privados	198	190	182	175	175	167	152	150	150	147	146
Nacionais	131	118	105	95	91	81	76	78	82	82	81
Nacionais com Participação Estrangeira (3)	26	23	18	15	14	14	11	10	10	8	9
Controle Estrangeiro (4)	25	33	43	50	57	61	56	53	49	49	48
Estrangeiros (5)	16	16	16	15	13	11	9	9	9	8	8
<b>Total</b>	<b>230</b>	<b>217</b>	<b>204</b>	<b>194</b>	<b>192</b>	<b>182</b>	<b>167</b>	<b>165</b>	<b>164</b>	<b>161</b>	<b>159</b>

(1) Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e caixa econômica.

(2) Inclui caixas econômicas (estaduais, em funcionamento até Jan/1999, e a Caixa Econômica Federal).

(3) Inclui bancos que detêm participação estrangeira.

(4) Bancos múltiplos e comerciais com controle estrangeiro (exceto filiais).

(5) Filiais de bancos estrangeiros.

FONTE: Banco Central do Brasil (2008). Elaboração do autor

De 1996 a 2006, observa-se uma redução de 71 bancos, o que significa uma redução de mais da metade dos bancos existentes em 1996. Segundo Nakane<sup>2</sup>, o processo de consolidação do setor foi impulsionado após a crise bancária de 1995, que teve como consequência o fechamento, venda e fusões e aquisições de várias instituições financeiras.

No entanto, quando tratamos de processo de consolidação não significa apenas redução do número de instituições. Conforme tabela 2, houve uma grande mudança na participação dos ativos do sistema.

<sup>2</sup> NAKANE, M.I. "Concorrência e Spread Bancário: uma revisão da evidência para o Brasil." In: Banco Central do Brasil, Relatório de Economia Bancária e Crédito. 2003.

**TABELA 2: Participação percentual das instituições do segmento bancário nos ativos deste segmento (1996 – 2006)**

Instituição do segmento bancário	em percentual											1996 vs 2006 (%)
	1996 Dez	1997 Dez	1998 Dez	1999 Dez	2000 Dez	2001 Dez	2002 Dez	2003 Dez	2004 Dez	2005 Dez	2006 Dez	
Bcos Públicos (+ Caixas Estaduais)	21,92	19,06	11,37	10,23	5,62	4,30	5,87	5,79	5,52	5,09	4,50	-21%
Banco do Brasil	12,52	14,42	17,44	15,75	15,63	16,76	17,12	18,40	17,41	15,36	14,46	-15%
Caixa Econômica Federal	16,47	16,57	17,02	17,06	15,35	10,97	11,66	13,04	11,51	12,05	10,68	-35%
Bcos Privados Nacionais	38,28	36,76	35,29	33,11	35,23	37,21	36,93	40,76	41,70	43,12	47,12	23%
Bcos com Controle Estrangeiro	10,51	12,82	18,38	23,19	27,41	29,86	27,38	20,73	22,43	22,89	21,70	106%
Cooperativas de Crédito	0,30	0,37	0,50	0,66	0,76	0,90	1,04	1,28	1,43	1,49	1,54	412%
<b>Total</b>	<b>100,00</b>											

FONTE: Banco Central do Brasil (2008). Elaboração do autor

Fica clara a redução da participação dos bancos estatais, o que nos remete ao processo de privatização dos bancos estaduais implementado pelo governo federal. Da mesma forma, a Caixa Econômica Federal perde espaço neste cenário de maior competitividade. Mas, o dado de maior impacto é o aumento significativo da participação dos bancos estrangeiros, que em 2006 controlam cerca de 21% dos ativos do sistema bancário. O governo federal facilitou a entrada de instituições estrangeiras, como forma de fortalecer o sistema e aumentar a competitividade entre os participantes.

Diante da fragilidade e instabilidade pela qual passava o sistema bancário brasileiro, o governo federal buscou tomar medidas no sentido de estruturar os bancos para o novo cenário econômico. De modo a acompanhar as diretrizes econômicas do Plano Real e do governo Fernando Henrique Cardoso, o estado favoreceu a entrada de bancos estrangeiros no país e a aglomeração dos bancos nacionais em poucos grupos. O primeiro grande estrangeiro a fazer aquisição no Brasil foi o HSBC, em 1997, com a compra do Bamerindus. Com esta política, o governo sinalizou que apoiaria a venda dos bancos em dificuldade para os grupos estrangeiros, ao invés de dar apoio a instituições em dificuldade, evitando falências. Vasconcelos (2004, p.3)

O aumento substancial da participação estrangeira no sistema levou a uma busca generalizada por aumento dos níveis de produtividade, havendo inclusive forte queda no número de empregados no mesmo. Ao mesmo tempo os grupos nacionais passaram a olhar o setor de forma mais estratégica visto o potencial e o tamanho dos novos concorrentes. Isto pode ter sido a semente do processo de concentração bancária. Esta consolidação reflete-se no seguinte: em

1994 os 20 maiores grupos bancários do país detinham 76% dos ativos totais do sistema. Em 2000 eles passaram para 88%. Fonseca *et al* (2004, p.7).

Outro indicador da concentração é visível na análise do tamanho dos bancos. Os 9 bancos que possuem acima de 500 agências, ou seja, os grandes conglomerados financeiros, no período, eram responsáveis por aproximadamente 70% das operações de crédito e quase 80% dos depósitos.

**TABELA 3: Participação percentual de ativos, depósitos e operações de crédito conforme tamanho da rede de agências (1996 – 2006).**

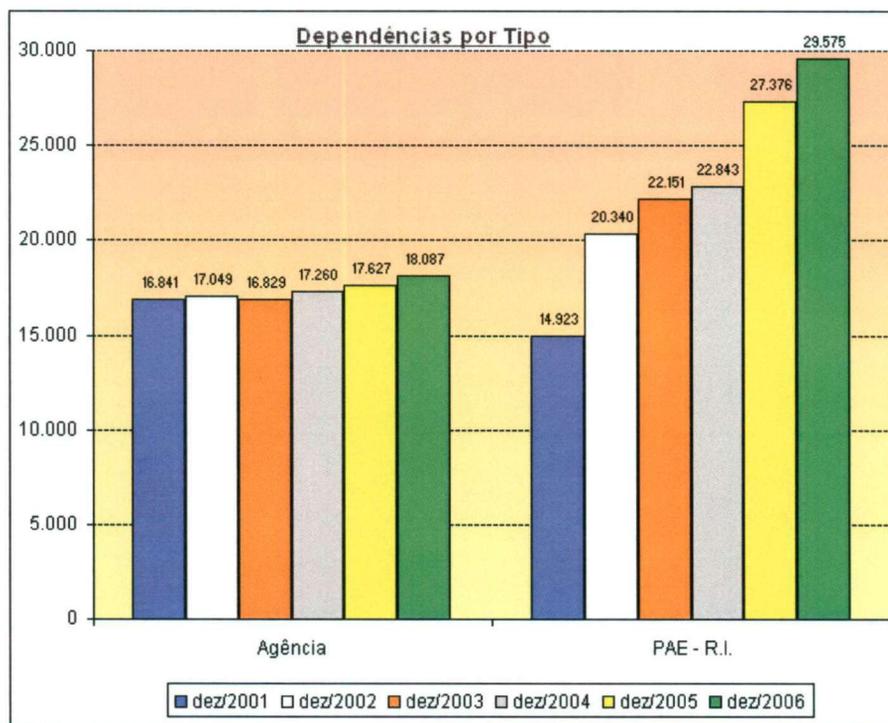
	Instituições com rede de agências	1996	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
		Nº de Instituições	Acima de 1000	5	4	4	4	4	4	4
	De 500 a 999	4	4	4	4	4	5	5	5	4
	De 200 a 499	7	8	9	10	10	7	5	4	3
	De 100 a 199	9	10	8	5	4	4	2	4	5
	De 50 a 99	10	10	11	11	12	11	10	8	4
	De 10 a 49	32	21	10	7	6	7	5	5	8
	Até 9	164	146	146	141	127	127	133	131	130
	<b>Total</b>	<b>231</b>	<b>203</b>	<b>192</b>	<b>182</b>	<b>167</b>	<b>165</b>	<b>164</b>	<b>161</b>	<b>159</b>
<b>Instituições com rede de agências</b>		%	%	%	%	%	%	%	%	%
Depósitos	Acima de 1000	51,7	54,4	54,1	53,6	53,0	54,8	54,9	55,4	59,1
	De 500 a 999	14,4	10,6	11,6	12,1	14,9	18,9	20,8	20,2	18,7
	De 200 a 499	9,1	10,2	11,5	13,6	13,9	8,0	5,5	5,7	2,5
	De 100 a 199	5,8	7,3	4,6	2,5	2,8	2,0	0,9	1,3	1,7
	De 50 a 99	4,8	5,2	6,3	6,3	5,0	4,4	4,9	4,4	2,8
	De 10 a 49	6,7	5,4	2,1	2,2	1,2	1,7	0,7	0,7	1,2
	Até 9	7,5	6,9	9,7	9,8	9,1	10,3	12,4	12,3	14,0
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Operações de Crédito	Acima de 1000	47,2	56,6	49,8	40,0	36,6	43,8	44,7	44,5	50,7
	De 500 a 999	17,8	9,8	12,8	15,8	17,1	17,6	18,2	19,9	18,0
	De 200 a 499	7,9	4,4	7,2	11,5	12,3	7,2	5,6	5,0	2,3
	De 100 a 199	5,9	8,7	6,0	2,7	2,2	1,9	1,5	2,0	2,5
	De 50 a 99	4,7	4,3	7,0	8,6	9,2	7,2	8,3	6,5	4,7
	De 10 a 49	8,9	7,4	3,3	3,4	2,6	4,4	1,4	1,4	2,7
	Até 9	7,7	8,9	13,9	17,9	20,0	17,9	20,5	20,7	19,1
	<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Banco Central do Brasil (2008). Elaboração do autor

Com o efeito da concentração, estabilidade e do aumento da lucratividade, observou-se uma corrida rumo ao aumento da produtividade através de investimentos pesados em novas tecnologias de informação. Isto se reflete na evolução do perfil dos postos de atendimento bancário. Enquanto o número de

agências cresceu em 7% entre 2001 e 2006, o número de postos de atendimento eletrônico cresceu 100% no mesmo período. Abaixo, segue gráfico demonstrativo.

**GRÁFICO 1: Evolução das dependências bancárias por tipo(1996 – 2006).**



PAE – R.I. : Posto de Atendimento Bancário Eletrônico – Rede Individual

FONTE: Banco Central do Brasil (2008). Elaboração do autor

Até este ponto, podemos verificar que as mudanças ocorridas no setor trouxeram muitos ganhos tanto do ponto de vista dos bancos quanto para a sociedade.

Em primeiro lugar, muitos ganhos de produtividade foram obtidos através do processo de consolidação. Ganhos de escala e escopo além das inovações tecnológicas melhoram a forma de operação dos bancos. O ganho trazido pela eficiência tecnológica se reflete não somente no aumento do número de postos de atendimento informatizados, mais também no padrão de utilização dos serviços bancários. Hoje, é facilitada desde a compra no supermercado, através das redes

informatizadas de cartões de débito e crédito, até a liberação de empréstimos e financiamentos sem sair de casa. Isso sem mencionar as opções de investimentos que ficam mais fácil com a intermediação bancária.

Em segundo lugar, a redução do número de bancos eliminou àquelas instituições que possuíam problemas operacionais e de cumprimento de suas obrigações. Da mesma forma, as instituições que se mantiveram foram aquelas que estavam melhores preparadas a atuar no novo ambiente de competitividade e que estavam dispostas a operar com operações de crédito, uma vez que os ganhos com *floating* e *overnight* se enceraram. Os conglomerados financeiros por concentrarem grande parte dos depósitos à vista do sistema passam a ofertar maiores linhas de crédito.

**TABELA 4: Evolução do Crédito Total**

Discriminação	R\$ bilhões								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	07 vs 00
<b>Total Volume</b>	<b>326.825</b>	<b>336.376</b>	<b>384.396</b>	<b>418.259</b>	<b>498.722</b>	<b>607.024</b>	<b>732.589</b>	<b>935.974</b>	<b>186%</b>
<b>Recursos Livres</b>	<b>188.142</b>	<b>220.887</b>	<b>240.209</b>	<b>255.642</b>	<b>317.917</b>	<b>403.707</b>	<b>498.331</b>	<b>660.811</b>	<b>251%</b>
Pessoa Física	66.379	82.652	90.464	101.004	138.562	190.731	237.968	317.561	378%
Pessoa Jurídica	121.763	138.235	149.745	154.638	179.355	212.976	260.363	343.250	182%
<b>Recursos Direcionados</b>	<b>138.683</b>	<b>115.489</b>	<b>144.187</b>	<b>162.617</b>	<b>180.805</b>	<b>203.317</b>	<b>234.258</b>	<b>275.163</b>	<b>98%</b>
Habitacional	52.858	22.038	22.605	23.673	24.694	28.125	34.479	43.583	-18%
Rural	20.872	19.705	24.854	34.576	40.712	45.113	54.376	64.270	208%
BNDES-Direto	30.947	34.632	49.841	52.917	59.325	66.251	71.687	77.778	151%
BNDES-Repasses	30.803	35.930	43.590	47.265	50.688	57.849	67.296	82.196	167%
Outros	3.203	3.184	3.297	4.186	5.386	5.979	6.420	7.336	129%
<b>Total Participação %PIB</b>	<b>26,4</b>	<b>24,7</b>	<b>22,1</b>	<b>24,0</b>	<b>24,5</b>	<b>28,1</b>	<b>30,7</b>	<b>34,7</b>	<b>31%</b>
Recursos Livres/PIB	15,2	16,2	13,8	14,7	15,6	18,7	20,9	24,5	61%
Recursos Direcionados/PIB	11,2	8,5	8,3	9,3	8,9	9,4	9,8	10,2	-9%

FONTE: Banco Central do Brasil (2008). Elaboração do autor

É fato que este grande aumento das operações de crédito no período Pós-Plano Real e pós-estabilização do mercado bancário, tiveram vários componentes. O que este tópico visa explicitar é que a concentração e a inovação tecnológica contribuíram de forma positiva, ora eliminados riscos, ora aumentado à oferta de crédito e principalmente por aumentando a confiança no sistema bancário brasileiro. É fato também que esta concentração gerou um a série de críticas e vem causando

preocupação de analistas a respeito de até que ponto este processo pode prejudicará a concorrência do setor.

Os juros efetivos persistentemente altos cobrados pelas instituições bancárias sempre alimentaram a suspeita de existência de um "déficit de concorrência" no setor. A liberalização financeira promovida a partir do final dos anos 1980 e, especialmente, o fim da inflação na década de 1990 tornou a formação das taxas de juros mais transparente, evidenciando o elevadíssimo *spread* cobrado pelos bancos em seus empréstimos. Muitos fatores foram apontados como pelo menos responsáveis parciais por esses *spreads*, mas essa argumentação não se mostrou inteiramente convincente, e estudos continuaram a serem desenvolvidos propondo metodologias variadas para identificar nas falhas de concorrência uma explicação para o *spread* e as taxas de empréstimos cobradas pelos bancos. Carvalho *et al* (2007, p.103)

Em recente trabalho publicado pelo FMI a economista Agnes Belaisch<sup>3</sup> questiona se os bancos brasileiros competem. De acordo com Belaisch, "o setor bancário brasileiro se comporta como um oligopólio, utilizando poder de mercado para auferir ganhos adicionais. Em comparação com outros países o setor não é eficiente (apesar de ter evoluído em comparação com a fase anterior a chegada dos bancos estrangeiros)".

Já segundo Nakane<sup>4</sup>, uma das possíveis evidências de que o setor bancário brasileiro possa apresentar problemas de baixa concorrência está relacionada ao movimento de redução no número de instituições bancárias operando no país, colaborando para a elevação nos índices de concentração bancária. Nakane conclui que após vários estudos realizados recentemente, há evidências de que o mercado bancário brasileiro é imperfeito, essencialmente concentrado, mas não caracterizado como cartel.

---

<sup>3</sup> BELAISCH, A. *Do Brazilian Banks Compete?*. IMF Working Paper WP / 03 / 113. 2003.

<sup>4</sup> NAKANE, M.I. "Concorrência e Spread Bancário: uma revisão da evidência para o Brasil." 2003, In: Banco Central do Brasil, Relatório de Economia Bancária e Crédito.

### 3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O mercado bancário brasileiro evoluiu de acordo com a tendência internacional de concentração e introdução de inovações. Se comparado a países em desenvolvimento, sob o ponto de vista da oferta de produtos, temos um mercado bastante sofisticado.

O processo de concentração ocorrido no período Pós-Plano Real reduziu o número de instituições. A primeira parte deste processo eliminou as instituições que poderiam trazer algum tipo de risco ao sistema, através de privatizações e entrada de bancos estrangeiros. Em seguida, visando ganhos de escala e escopo e aumento de *market share*, houveram fusões e aquisições entre os bancos que continuaram em operação.

Sob o ponto de vista da concorrência, os dados mostram um mercado dominado por um grupo pequeno de bancos, que juntos detém grande parte do mercado, determinando padrões de produtos, preços e barreiras à entrada de novos concorrentes. A opinião de alguns analistas é de que é baixa a concorrência do setor. Mas o que se sabe de concreto é que o mercado é oligopolista, mas não apresenta indícios de formação de cartel, o que não rejeita a hipótese de que haja formação de preço com base em poder de mercado.

O principal benefício que o este processo trouxe a sociedade, foi a estabilização do sistema financeiro que a redução do número de instituições promoveu, que por consequência, colaborou para uma maior oferta de crédito.

## 4 O PERFIL DE ATUAÇÃO DOS BANCOS BRASILEIROS

Naturalmente, todas as mudanças ocorridas na economia brasileira nas últimas décadas, em especial as destacadas no capítulo anterior, influenciaram a forma como as instituições bancárias conduzem suas atividades.

É fato também que os governos financiam suas dívidas públicas através da emissão de títulos, e que estes são adquiridos por bancos. No entanto, o caso brasileiro merece destaque devido à grande remuneração paga para quem detém títulos públicos.

Assim, este capítulo pretende analisar a estratégia de alocação de ativos dos bancos brasileiros diante da oportunidade vantajosa da compra de títulos públicos, e em que medida as operações de crédito são influenciadas por esta estratégia. Da mesma forma, buscamos analisar qual o impacto da adoção do Acordo de Basiléia na oferta de crédito.

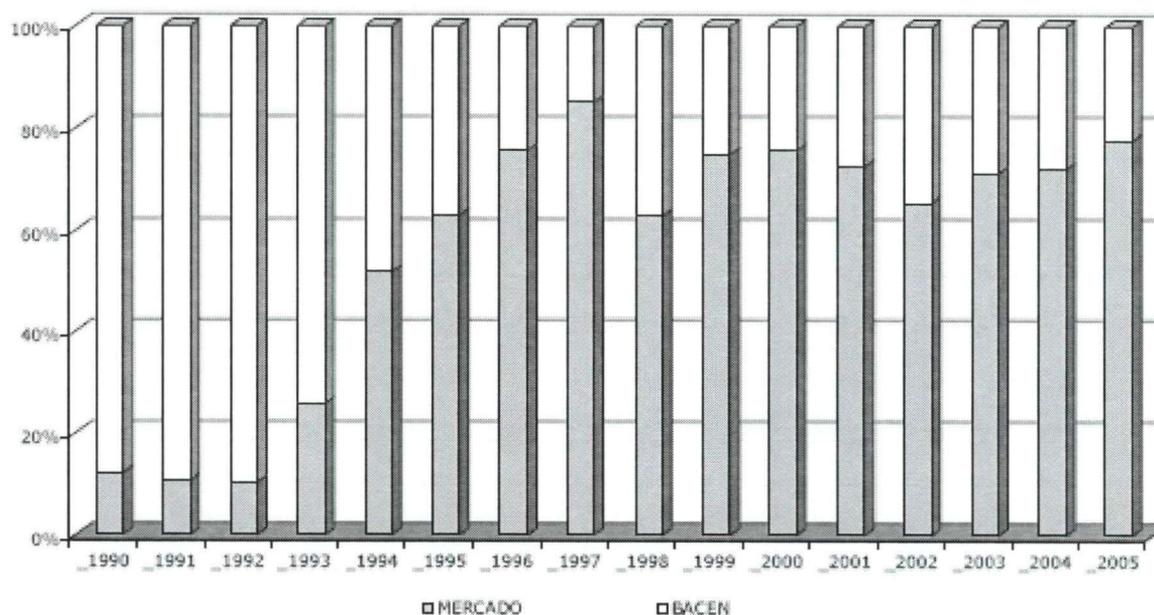
A opinião freqüente de analistas e da literatura econômica corrente mostra uma relação positiva entre o grau endividamento público brasileiro e a alocação do portfólio das instituições bancárias. Relação esta que buscaremos demonstrar neste capítulo, que será dividido em duas partes: a) análise da concentração dos títulos públicos; b) impacto da adoção do Acordo de Basiléia.

### 4.1 A EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS

No início a década de 90, ainda sob impacto das altas taxas de inflação, a carteira os títulos da dívida pública era mantida pelo Banco Central, com pequena parte destinada ao mercado. A partir de 1994, com o Plano Real, gradativamente o mercado foi absorvendo estes títulos, permitindo o Banco Central controlar a liquidez da economia através da negociação destes títulos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> SAMPAIO, M.A. *Macrofinanças bancárias: dívida pública e gestão bancária no Brasil*. Dissertação de mestrado em Administração. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

**GRÁFICO 2: Títulos do Tesouro Nacional: Mercado x BACEN**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

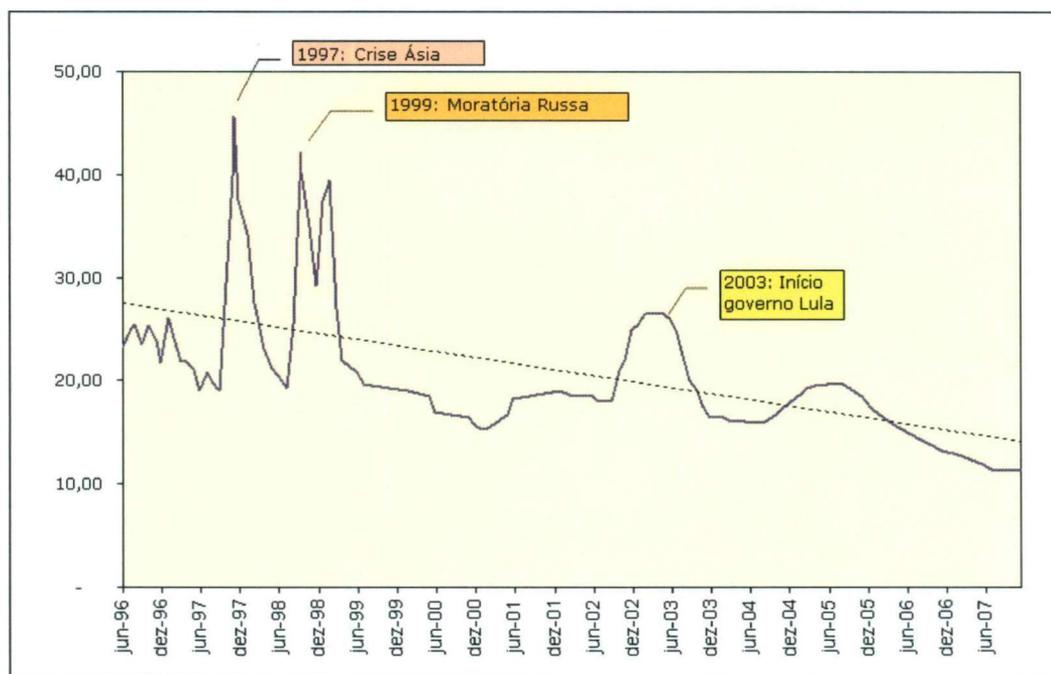
A abordagem teórica da preferência pela liquidez, nos ajuda a explicar um pouco os motivos para que o mercado absorvesse estes títulos. Em primeiro lugar, o governo necessitava financiar o elevado déficit em transações correntes do balanço de pagamentos. A alta taxa de juros que remunerava os títulos buscava conter o nível de consumo e atrair recursos externos. É claro que a alta remuneração por si só já é um grande atrativo. Mas, a postura operacional dos bancos é fortemente influenciada pelas expectativas dos próprios banqueiros em relação ao cenário econômico futuro. E neste sentido, o portfólio do banco estará sujeito a mudanças permanentes, e sua composição será expressão de seu grau de preferência por liquidez em dado momento.

A escolha de ativos pelos bancos se dará num contexto onde previsões baseadas em cálculos de probabilidades não são suficientes para garantir que o cenário esperado seja aquele efetivamente verificado no período vindouro. Isso ocorre porque numa economia onde o prêmio de liquidez de um bem (a moeda), cujas elasticidades de produção e substituição são desprezíveis, é superior ao seu custo de manutenção, movimentos imprevistos podem ocorrer em razão de mudanças bruscas por sua demanda, gerada pelas oscilações do nível geral de

expectativas. Estas últimas cumprem reiterar, são formadas num ambiente de incerteza. Oliveira (2006, p.8).

Para exemplificar o ambiente de instabilidade macroeconômica internacional para o período de análise deste trabalho, e como este cenário pode afetar a forma de atuação dos agentes, segue gráfico da taxa Selic, destacando os acontecimentos internos e externos. Verifica-se forte impacto na taxa básica, que da mesma forma impacta o mercado bancário que se obriga a rever suas posições, mantendo-as em posições mais líquidas e de menor risco.

### GRÁFICO 3: Evolução Selic x Fatos Relevantes



Fonte: Banco Central do Brasil (2007). Elaboração do autor

Dado o grau de incerteza da economia, o dilema dos bancos é maximizar a forma de alocação de seus ativos, ou seja, sob qual proporção ele irá dividir seus recursos entre os diferentes tipos de ativos disponíveis, mais ou menos líquidos, e quanto ele irá emprestar no mercado. Sua preocupação, portanto, corresponderá ao

grau de liquidez de sua carteira de ativos, a qual será mais ou menos líquida a depender de sua percepção de incerteza em relação ao futuro.

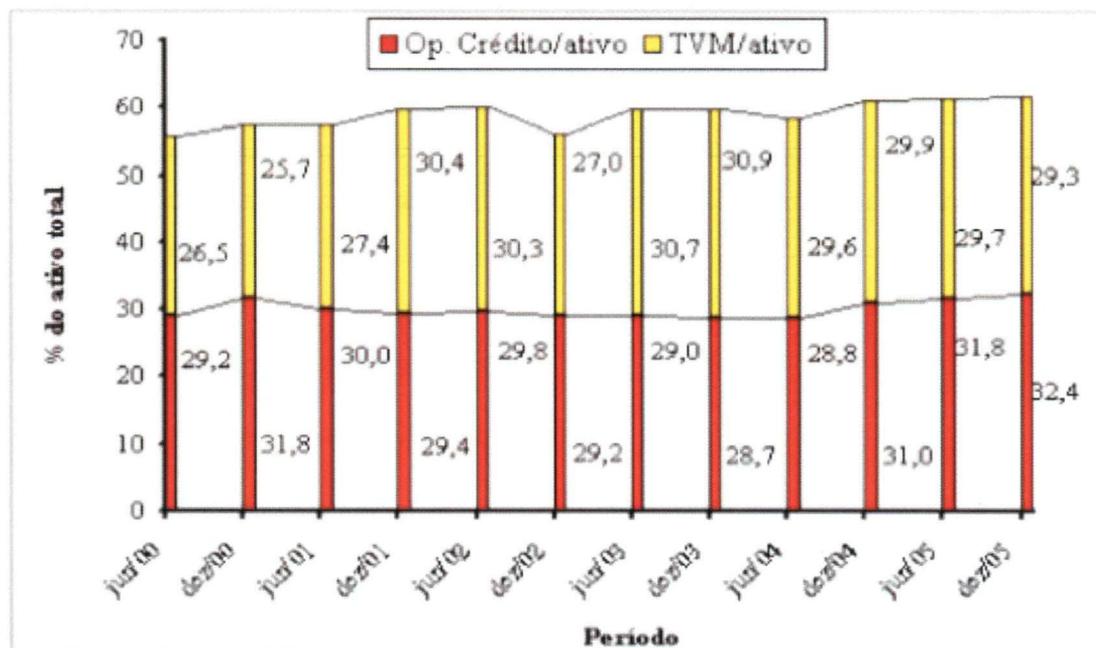
Isso significa que os bancos podem combinar diversos ativos com diferentes atributos, tais como prazos de maturação, níveis de liquidez e rentabilidade, num mesmo portfólio. Nesse sentido, a oferta de crédito não será determinada passivamente pela demanda. Na abordagem da teoria da preferência por liquidez, a demanda por crédito será satisfeita apenas se os banqueiros assim o desejarem, caso as suas expectativas em relação à capacidade de pagamento futuro dos empréstimos pelos mutuários e à manutenção do valor do colateral forem otimistas e se a natureza das obrigações emitidas assim o permitir Carvalho *et al* (2007, p. 13).

Na prática, os altos juros praticados pelo governo brasileiro permitem que a preferência por liquidez dos bancos implique na preferência por rentabilidade, dados os atributos dos títulos públicos. As operações de crédito passam a ter um custo de oportunidade considerável, representado pela remuneração daqueles ativos.

Isso permite aos bancos – quando lhes convém – fazer um hedge (seguro) contra a desvalorização cambial e a elevação da taxa de juros. Aplicações em títulos públicos representam um piso para o rendimento dos bancos, o que aumenta sobremaneira o custo de oportunidade para concessão de empréstimos por parte dos bancos, que passam a cobrar um prêmio de risco elevadíssimo nas operações de empréstimo. Ou seja, a taxa própria de juros dos títulos públicos irá representar a base de cálculo para todas as demais operações ativas dos bancos disponíveis no mercado, já que essas instituições não incorporam no *spread* cobrado na concessão de empréstimos o custo de oportunidade de se manter recursos em caixa, mas a rentabilidade sacrificada por deixar de aplicar os recursos destinados às operações de crédito em títulos públicos federais. Paula (2003, p. 3)

O gráfico 4 apresenta a proporção das aplicações em títulos e valores mobiliários (TVM) e das operações de crédito em relação ao total do ativo dos 50 maiores bancos no Brasil. Fica evidente que a participação das aplicações em TVM é quase que equivalente à parcela dos ativos dos bancos direcionada às operações de empréstimos. Juntas, as operações de crédito com as aplicações em TVM representam aproximadamente 60% do ativo dos 50 maiores bancos do país no período considerado.

**GRÁFICO 4: Participação das operações de crédito e das operações em TVM no ativo dos 50 maiores bancos o Brasil(2000 – 2005).**

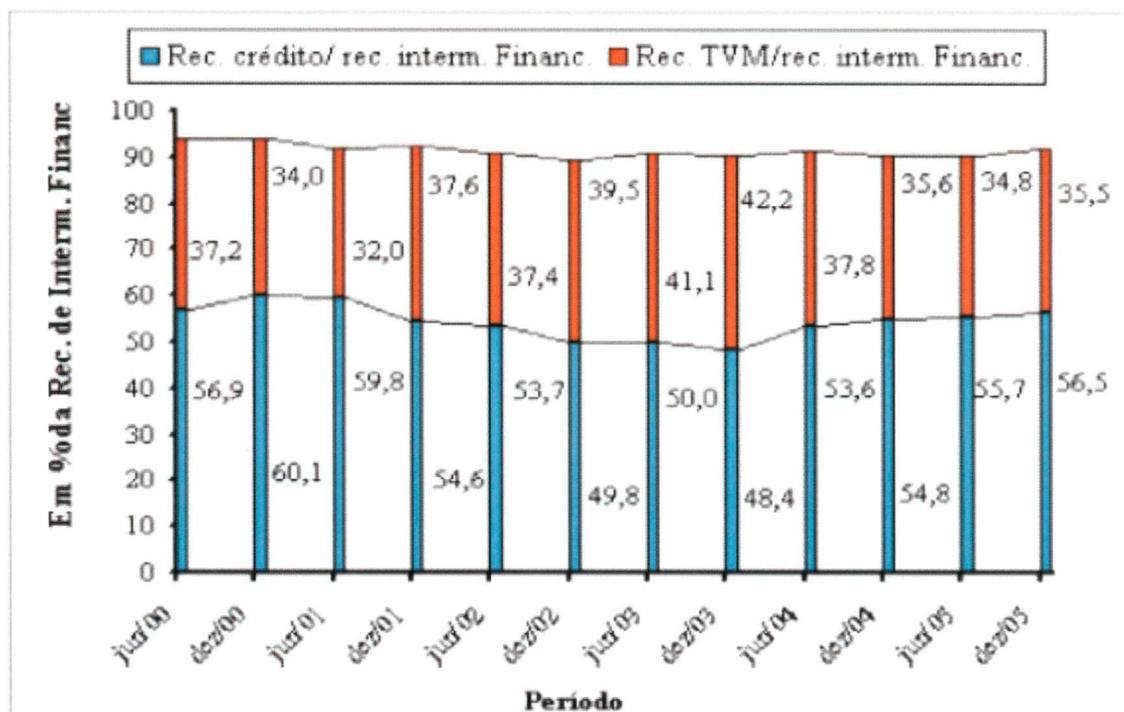


Fonte: Oliveira (2006).

Segundo Oliveira (2006), em estudo recente realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostra que a participação da dívida pública nos ativos totais dos bancos no Brasil é bem superior à observada tanto nos países de alta renda, quanto na maior parte dos países da América Latina. Considerado o período 2000-2001, o relatório mostra que enquanto essa relação alcança pouco mais de 10% nos países de alta renda e cerca de 15% na América Latina, no Brasil atinge 33%.

O gráfico 5 mostra a representatividade das receitas com operações de crédito e com TVM no total das receitas com intermediação financeira dos 50 maiores bancos do país no período 2000 a 2005. Fica evidente a importância das receitas obtidas com TVM na composição das receitas dos bancos.

**GRÁFICO 5: Participação das receitas das operações de crédito e das operações em TVM na receita de intermediação financeira dos 50 maiores bancos o Brasil(2000 – 2005).**



Fonte: Oliveira (2006).

Cabe destacar que enquanto nos países desenvolvidos as elevadas taxas de rentabilidade são conquistadas a partir de elevadas posições de crédito, no Brasil os bancos tem obtido altos retornos a partir de uma elevada participação das operações com Títulos e Valores Mobiliários e reduzida participação dos empréstimos. Como visto na Tabela 4, o maior índice na relação crédito/PIB foi 34%(2007). Nos Estados Unidos, Alemanha e em todos os países do G7 a relação volume de crédito/PIB passa dos 100%. Índia e Colômbia apresentam proporções de 46% e 36% respectivamente.

Antes da estabilização de preços, a instabilidade inflacionária permitia ao setor bancário obter seus lucros da operação com títulos da dívida pública. Depois da estabilização de preços, a instabilidade do balanço de pagamentos permitiu ao setor bancário continuar obtendo seus lucros da mesma forma. Quando a percepção dominante foi que a dívida pública deixaria de ser

o sustentáculo dos lucros bancários [início do Plano Real], as instituições voltaram-se, com grande agilidade, para a ocupação do mercado de crédito privado. Quando, logo em seguida, o governo mostrou-se incapaz de resolver o novo dilema macroeconômico, tornando o apelo à emissão de dívida pública novamente inevitável, o setor bancário simplesmente recompôs sua já conhecida estratégia de atuação. Carvalho (2005, p. 236).

#### 4.2 IMPACTOS DA REGULAÇÃO NA ATUAÇÃO BANCÁRIA BRASILEIRA

O Brasil aderiu em agosto de 1994 o Acordo da Basiléia, com o propósito de minimizar os riscos inerentes à atividade bancária e alinhar a regulação do crédito com outros países. O Acordo da Basiléia estabeleceu um nível mínimo de capital às operações ativas dos bancos, 11%. Abaixo, analisando os índices utilizados, verifica-se que há espaço para o aumento de crédito sem a necessidade de elevação do nível de capital próprio dessas instituições.

**TABELA 5: Índice de Basiléia dos 10 maiores bancos do país.**

Instituições	2001	2002	2003	2004	2005
Banco do Brasil <sup>(a)</sup>	12,61	12,24	13,65	15,14	17,06
CEF <sup>(b)</sup>	13,56	14,68	19,24	20,27	27,87
Bradesco <sup>(a)</sup>	15,22	17,89	19,85	18,75	17,26
Itaú <sup>(a)</sup>	18,27	17,05	20,22	20,06	16,66
Unibanco <sup>(a)</sup>	13,72	15,71	18,60	16,27	15,64
Santander Banespa <sup>(a)</sup>	14,66	15,09	18,08	16,96	14,13
ABN AMRO <sup>(a)</sup>	16,75	15,73	19,55	19,34	15,19
Safra <sup>(a)</sup>	12,91	16,69	15,59	15,44	13,08
HSBC <sup>(a)</sup>	12,23	12,93	14,39	13,95	14,33
Votorantim	12,27	19,57	22,12	17,47	15,93
Média	14,22	15,76	18,13	17,37	17,06
Part. no setor bancário	60,83	64,53	79,46	79,16	27,87

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil  
Adaptado de Oliveira (2006).

Segundo Oliveira (2006), “a exigência de capital mínimo para as operações de crédito ante a não-exigência para as operações com títulos públicos faz com que os papéis do governo federal se tornem ainda mais atrativos para os bancos no país. Essa condição, também atua no sentido de induzir os bancos a procurar títulos da dívida

pública. Logo, ao se traduzir em mais um custo (implícito) à operação de crédito, a exigência de capital mínimo se traduz num importante condicionante da política de aplicações do banco”.

Nessa perspectiva, a exigência de capital mínimo para as operações de crédito, quando não se exige requerimento mínimo de capital para outras operações atrativas, como os títulos públicos, faz com que os bancos privilegiem aplicações com pequena ou nula ponderação de risco, cobrando um prêmio adicional em operações de elevada ponderação, como os empréstimos. O impacto negativo da adesão do Brasil ao Acordo da Basileia foi o de estabelecer um limite para o crédito e não estabelecer limite para as aplicações em títulos públicos federais. Soares (2001 p. 46).

#### 4.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O processo de concentração ocorrido no mercado bancário foi essencial para o restabelecimento da confiabilidade do sistema. Instituições com aparentes fragilidades foram eliminadas, bancos estatais com dificuldades foram privatizados, e com o intuito de melhorar a concorrência, o governo federal incentivou a entrada de bancos estrangeiros no país. Como principal resultado teve-se a redução do número de instituições, fazendo com que o controle de grande parte dos clientes, operações de crédito e depósitos ficasse nas mãos de grandes conglomerados financeiros, tornando-se oligopolizado.

A análise do perfil de atuação dos bancos brasileiros, com a utilização da abordagem keynesiana da preferência pela liquidez, mostra que essas instituições realizam uma análise comparativa da taxa de juros básica da economia com todos os ativos existentes antes de aplicar seus recursos. A composição do seu portfólio de aplicações, portanto, fica condicionada a suas expectativas em relação aos retornos existentes e às incertezas em relação ao futuro.

No início do Plano Real, havia uma idéia dominante de que a dívida pública deixaria de ser a principal fonte dos lucros bancários, fazendo com que as instituições voltassem para a oferta de crédito e prestação de serviços financeiros. Mas depois da estabilização de preços ocorrida no período Pós-Plano Real e apesar da taxa de juros

ter sofrido constantes reduções, o governo precisou novamente financiar sua dívida através da emissão de títulos, fazendo com que o setor bancário simplesmente recompusesse a sua já conhecida estratégia de atuação.

Por apresentarem elevados retornos monetários (juros pagos) e não monetários (baixo risco, liquidez), os títulos públicos se apresentam como ótima opção de aplicação. Favorecem a manutenção de uma estrutura operacional simultaneamente flexível, pois permitem aos bancos a concessão de operações de crédito “comuns”, e bastante rentáveis, uma vez que estes precisam no mínimo cobrir a rentabilidade dos títulos. Neste sentido, deduz-se que a taxa básica de juros da economia constitui elemento indispensável para a análise do *spread* bancário praticado no país, não minimizando a importância dos demais componentes. Nessa perspectiva, o próximo capítulo, visa demonstrar a partir dos vários estudos já publicados sobre o *spread* bancário, quais, entre componentes apresentados, mostram-se mais relevantes.

Finalmente, cumpre esclarecer que a oferta de crédito também é afetada pela regulação bancária, aqui representada pelo acordo de Basileia adotado em 1994. Ao exigir a adoção de capital próprio em cada operação de crédito, e o mesmo não ocorrendo com a aplicação em títulos, é alto o custo de oportunidade incorrido nas operações de crédito, afetando assim, aumentos na proporção crédito / PIB.

## 5 ESTRUTURA E DETERMINANTES DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL

É amplo o conjunto de estudos publicados sobre o *spread*, tanto no Brasil quanto para o restante dos países. Varias abordagens foram aplicadas, ora analisando fatores macroeconômicos, ora fatores microeconômicos, e em muitas vezes analisando ambos os fatores. O fator que para um país explicava o *spread*, para outro já era insignificante.

Em se falando de *spread*, como explica PAULA (2007, p. 130), “o Brasil é um *outlier*, quando comparado com o conjunto de países emergentes ou mesmo quando comparado com os outros países latino-americanos, uma vez que o *spread* bancário é extremamente elevado.

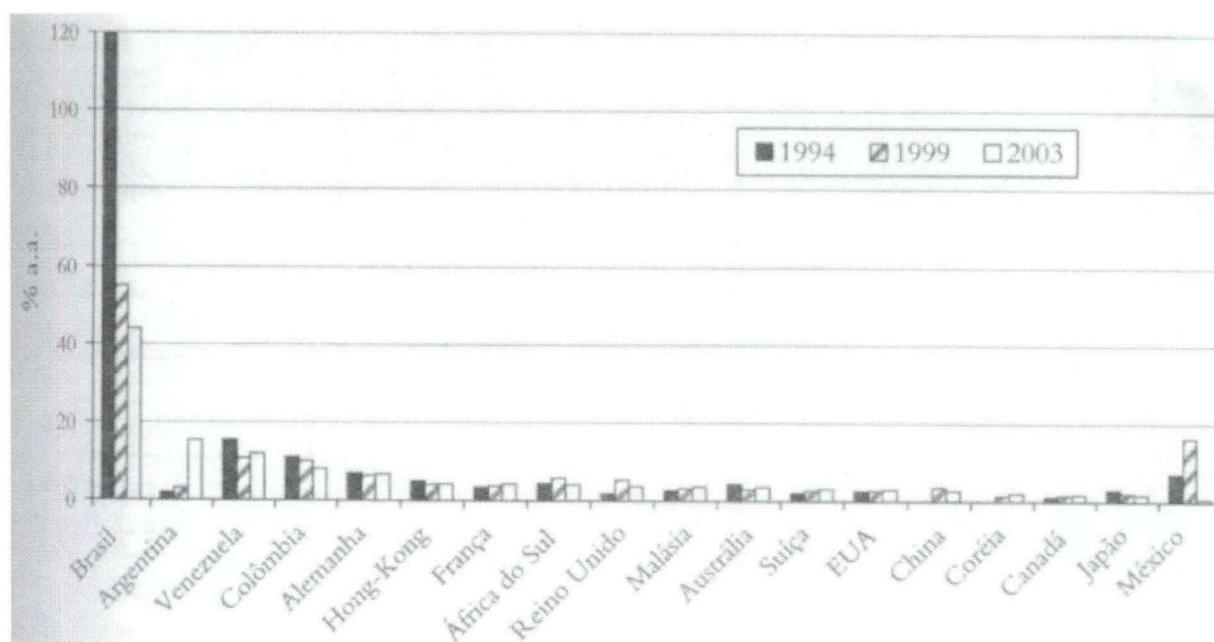
Conceitualmente, o *spread* bancário é uma medida do custo de intermediação financeira utilizada internacionalmente, definida de forma geral como a diferença entre os valores que o banco cobra dos tomadores de empréstimo e os valores que o banco remunera os depositantes. A princípio, o *spread* é associado à lucratividade do setor. Mas não necessariamente, maior *spread* signifique maior lucratividade. Desta forma, há a necessidade deste capítulo para uma investigação dos seus componentes.

O objetivo deste capítulo é analisar a evolução do *spread* bancário. Para isso, faremos um apanhado geral de grande parte das metodologias já utilizadas para explicar os componentes do *spread* no Brasil até 2005. Busca-se extrair dos resultados, as variáveis que com maior frequência explicaram as variações do *spread*. E, buscado validar os resultados, faremos um exercício de extensão da análise até 2007, para as variáveis mais significativas apontadas pelos estudos. O capítulo será apresentado da seguinte forma: a) evolução do *spread* no Brasil no período recente; b) metodologias utilizadas para a decomposição do *spread*; c) extensão da análise até 2007. d) conclusão do capítulo.

## 5.1 EVOLUÇÃO DO SPREAD NO BRASIL

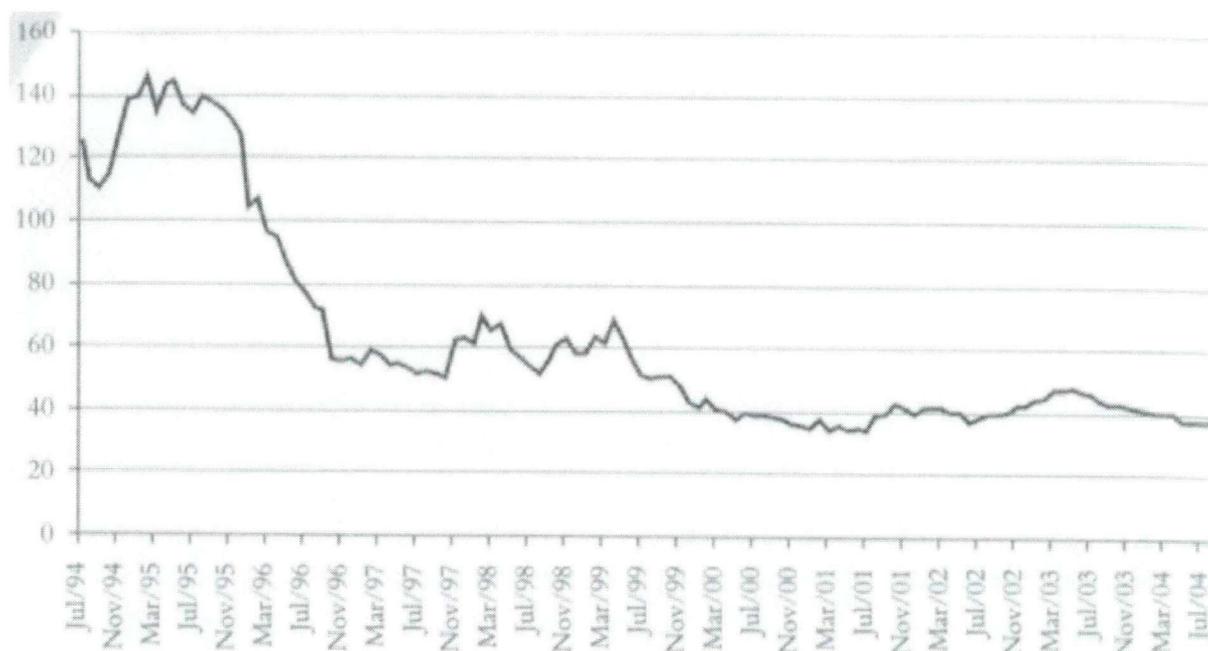
O Brasil se caracteriza como uma economia, como visto no capítulo anterior, com uma alta taxa de juros. Porém, mesmo com atual crescimento da economia e com a redução gradativa das taxas de juros ocorrida recentemente, o *spread* bancário brasileiro continua bastante elevado, sobretudo se comparado a outros países. Abaixo, segue Gráfico 6, comparando o *spread* bancário do Brasil com alguns países:

**GRÁFICO 6: Comparativo: *Spread* Bancário no Brasil e no Mundo(até 2003)**



FONTE: PAULA e PIRES (2007)

Paula e Pires (2007) observam que o *spread* médio praticado no Brasil em 1994 era aproximadamente 120%. Um valor quase oito vezes maior que o país com segundo maior *spread* dentre os países selecionados. Passados os primeiros anos de implantação do Plano Real, o *spread* cobrado pelos bancos brasileiros foi de 55% em 1999, embora tenha reduzido a diferença com relação aos demais países. Em 2003, o *spread* médio no Brasil foi de 44%. O Gráfico 7 mostra a evolução do *spread* brasileiro. Fica nítida a tendência de queda e início de estabilização a partir de 2000.

GRÁFICO 7: *Spread* Bancário no Brasil 1994 a 2004

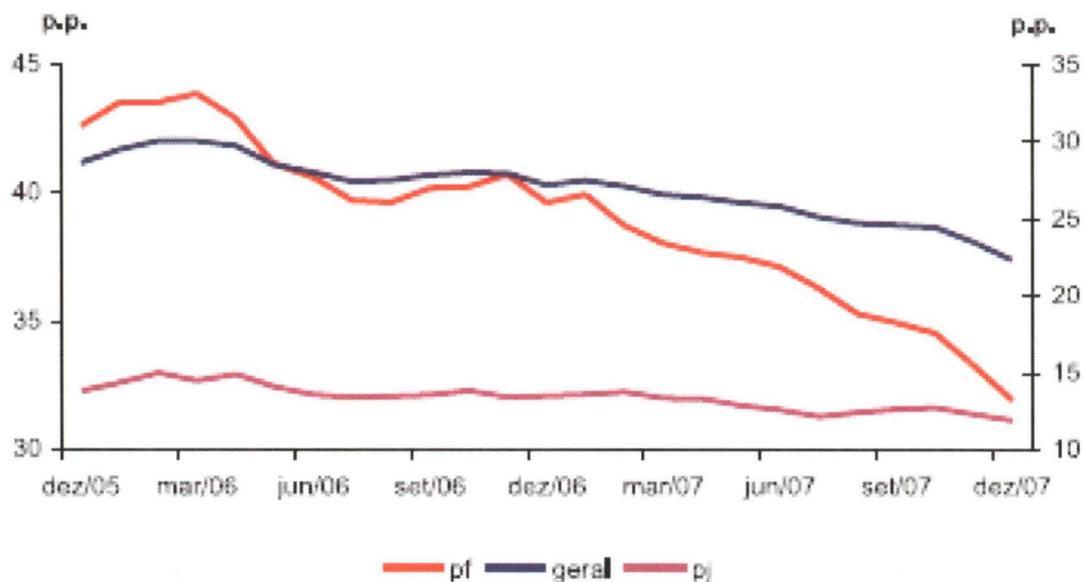
FONTE: Carvalho *et al* (2007)

Verifica-se que *spread* médio alcançou um pico máximo de 150% no início de 1995. Sobre este período, Carvalho *et al* (2007) descreve da seguinte forma:

O *spread* de 150% em 1995 decorre das medidas de política monetária fortemente contracionistas implementadas pelo BCB no período após a implementação do Plano Real. Além da política de juros positivos, essas medidas incluíram inicialmente o estabelecimento de um compulsório de 100% sobre os depósitos à vista e, a partir de dezembro de 1994, 30% sobre depósitos a prazo e 15% sobre qualquer operação de crédito. OREIRO *et al* (2007, p. 202).

Num período recente, considerando o *spread* por segmento, constata-se que o diferencial entre o *spread* de empréstimos pessoa física sofreu decréscimo significativo, sendo principal responsável pelo atual estado de redução do *spread* total. Uma possível explicação para este fato é o atual crescimento das operações de crédito consignado (desconto em folha), que possuem menores taxas e também menores riscos. Abaixo, segue gráfico demonstrativo.

**GRÁFICO 8: *Spread* Bancário no Brasil no período recente**



FONTE: Banco Central do Brasil (2007)

## 5.2 OS DETERMINANTES DO SPREAD NO BRASIL: UMA REVISÃO DAS METODOLOGIAS

### 5.2.1 Introdução aos conceitos e metodologias de *spread* bancário

Para uma análise do *spread* bancário, entender as formas de sua medida é essencial. A medida do *spread* bancário possui importantes especificidades, principalmente relacionadas à origem da informação. Quanto se tem como base as informações estabelecidas pelo banco, define-se como sendo *spread ex-ante*. Caso as informações sejam fruto de relatórios de resultados contábeis, define-se como *spread ex-post*. Segundo Leal *in* Carvalho *et al* (2007), o *spread ex-ante* é definido de acordo com as taxas estabelecidas pelos bancos e *ex-post*, de acordo com os resultados financeiros realizados pelo banco.

Da mesma forma, há especificidades de cada forma de se medir e interpretar as conclusões sobre o tema, também são bastante influenciadas pela abordagem metodológica utilizada, sendo relevante diferenciar a análise dos componentes que os

bancos destinam ao *spread* bancário (estrutura) da análise das variáveis explicativas que influenciam o seu comportamento (determinantes).

Abaixo, segue quadro resumo com o conjunto de trabalhos já apresentados sobre o *spread* bancário, considerando as definições acima:

**TABELA 6: Resumo da literatura sobre *spread* bancário após 1994**

MEDIDAS DO <i>SPREAD</i>		ABORDAGEM ANALÍTICA		
		ESTRUTURA	DETERMINANTES	
EX-ANTE	ST	Agregado	BCB(1999 a 2005); Costa e Nakane(2005)	Koyama e Nakane(2002); Afanasieff(2001 e 2002); Oreiro <i>et al'</i> (2005); Bignotto e Rodrigues(2006)
		Por Modalidade	BCB(1999)	
	Desagregado	Por Banco	Costa e Nakane(2005)	-
EX-POST	ST	Agregado	Fipecafi(2004 e 2005)	Guimarães(2002)
	CT	Agregado	Matias(2006)	-

FONTES: Carvalho *et al'* (2007, pg. 230)

CT: com tarifas

ST: sem tarifas

A Tabela mostra uma classificação de acordo com a tipologia de medida adotada na literatura empírica sobre o *spread* bancário. Para cada uma das abordagens foi realizada uma análise de forma diferenciada, considerando as especificidades da medida utilizada, principalmente quanto à origem dos dados, *ex-ante* ou *ex-post*.

A partir disso, pretende-se identificar resultados em comum entre as abordagens. Será apresentada uma abertura das formas de medida do *spread*, com

base nos trabalhos já publicados. O objetivo é mostrar que mesmo utilizando variáveis diferentes, em grande parte, as variáveis mais significativas são as mesmas.

#### 4.2.2 *Spread ex-ante*

O *spread ex-ante* é mensurado a partir das decisões de precificação dos bancos em relação às taxas de captação e de empréstimos, anteriores à realização de seu resultado. É normalmente calculado como a diferença entre a taxa de juros de empréstimo e a taxa de juros e captação do banco, a partir de informações sobre as operações bancárias. Este tipo de *spread* não considera tarifas e comissões.

Como já explicitado, há duas formas de analisar o *spread*: através dos determinantes e através da estrutura. Abaixo, segue tabela resumo com os resultados encontrado sobre os determinantes do *spread* bancário *ex-ante*.

**TABELA 7: Determinantes do *spread* bancário *ex-ante***

ESTUDO	PERÍODO	RESULTADOS
Koyama e Nakane(2002a)	Mar/1996 - Set/2001	IGP(+), Produto industrial(-), Selic(+), <i>Spread over treasury</i> (+), Impostos indiretos(+), requerimentos de reserva(+), Custos administrativo(0)
Koyama e Nakane(2002b)	Ago/1994 - Set/2001	Selic(+), <i>Spread over treasury</i> (+), Impostos indiretos(+), Requerimentos de reserva(0), Custos administrativos(+)
Afanasieff et al.(2001)	1º Estágio Fev/1997 - Nov/2000	Custo operacional(+), Captação sem custo de juros(+), Receita de serviços(+), Captação com custo de juros(0), Liquidez(0), Nº de funcionários(0), Alavancagem(0), Patrimônio líquido(0)
	2º Estágio Fev/1997 - Nov/2000	IGP(+), Crescimento do produto industrial(-), Selic(+), Volatilidade da Selic(-)
Afanasieff et al.(2002)	1º Estágio Fev/1997 - Nov/2000	Custo operacional(+), Captação sem custo de juros(+), Receita de serviços(+), Captação com custo de juros(0), Liquidez(0), Nº de agências(0), Alavancagem(0), Patrimônio líquido(0), Banco estrangeiro(-)
	2º Estágio Fev/1997 - Nov/2000	IGP(-), Crescimento do produto industrial(+), Selic(+), <i>Spread over treasury</i> (+), Impostos indiretos(+), Requerimento de reservas(0)
Oreiro et al.(2005)	Jan/1995 - Dez/2003	IPCA(0), Produto industrial(+), Selic(+), Volatilidade Selic(+)
Bignotto e Rodrigues(2006)	Mar/2001 - Mar/2004	IPCA(-), Selic(+), Despesas tributárias(0), Custo administrativo(+), Risco de juros(+), Risco de crédito(+), Parcela de mercado(-), Liquidez(+), Receita serviços(+), Compulsório(+), Ativo total(+)

FONTE: Carvalho *et al*(2007, pg. 230)

+ : Relação com o spread positiva;

- : Relação com o spread negativa;

0: Relação com o spread não-significativa;

A tabela resume os resultados encontrados por estimativas da literatura empírica para os determinantes do *spread ex-ante*, ou seja, as variáveis que podem explicar o *spread* antes da operação de crédito ser efetivada. Verificam-se evidências de significativa relação positiva da Selic com o *spread* bancário. Segundo Leal *in* Carvalho *et al* (2007, p. 234), “Ela apresentou relação positiva e significativa em todos os estudos, confirmando a hipótese de que os bancos aumentam as margens cobradas nas taxas de empréstimo à medida que há aumentos das taxas de captação”.

Da mesma forma, Paula e Alves *in* Carvalho *et al* (2007) sugerem que a forte influência positiva da taxa Selic sobre o *spread* bancário ocorre em função da existência de títulos indexados à Selic compondo o portfólio dos bancos, aumentando o custo de oportunidade para os bancos emprestarem, passando estes a embutir um elevado prêmio de risco na concessão de crédito.

E em relação às variáveis que demonstram algumas características de cada banco, verifica-se relação positiva entre *spread ex-ante* com o custo administrativo a as receitas de serviços (Bignotto e Rodrigues, 2006; Afanasieff *et al.*, 2001 e 2002).

Segundo Leal *in* Carvalho *et al* (2007), o tamanho do banco apresentou relação positiva com o *spread ex-ante* apenas quando medido pelo tamanho do ativo, mas não significativo quando medido pelo número de funcionário ou quantidade de agências. Esta relação positiva indica que os maiores bancos operam com maiores *spreads*, pois o seu poder de mercado possibilita maior capacidade de determinar, em algum grau, suas taxas de empréstimos e tarifas cobradas.

Os depósitos compulsórios por banco apresentaram relação positiva com o *spread ex-ante* no estudo de Bignotto e Rodrigues, (2006). Quanto menor o compulsório maior a liquidez do banco e menor o risco de liquidez, que rende a proporcionar menores níveis de *spread*.

Agora em relação à estrutura do *spread ex-ante*, ou seja, ainda sem o crédito ter sido concedido, mas agora analisando o que o banco destina ao *spread*, segue tabela resumo com os principais resultados.

TABELA 8: Estrutura do *spread* bancário *ex-ante*

ESTUDO	PERÍODO	Nº BANCOS	EVOLUÇÃO DO MÉTODO	MAIORES COMPONENTES
BCB (1999)	Ago/94 a jul/1999	17	Pioneiro	Administrativo(-); Margem Líquida(+); Inadimplência(-,+); Impostos diretos(-)
BCB (2000, 2001, 2002 e 2003)	Fev/1999 a Ago/2003	17	Melhora na qualidade dos dados	Margem Líquida(+); Impostos diretos(+,-); Administrativa(-); Inadimplência(-,+)
BCB (2004)	2000 a 2003	80	Melhora na alocação de custo e inclui o compulsório	Administrativo(-); Margem Líquida(+); Inadimplência(-,+); Impostos diretos(+,-); Impostos indiretos(-,+)
BCB (2005)	Dez/2001 a Dez/2004	80	Melhora alocação de custo e o cálculo da inadimplência	Inadimplência(+); Administrativo(+); Margem líquida(+,-); Impostos diretos(-); Impostos indiretos(+)

FONTE: Carvalho *et al* (2007, pg. 242)

Componentes do *spread* apresentados na ordem de participação

+: crescimento

-: diminuição

Destacam-se neste sentido os trabalhos publicados pelo Banco Central, num projeto iniciado em 1999, denominado “Juros e Empréstimo Bancário”. Verifica-se que a Margem Líquida apresenta uma constante participação da composição do *spread*, assim como a inadimplência.

#### 4.2.3 *Spread ex-post*

É a mensuração do resultado da intermediação financeira realizada pelos bancos, de acordo com as receitas efetivamente geradas pelas operações de crédito e com o custo efetivo de captação dos recursos. Ambas estão relacionadas com as taxas estabelecidas *ex-ante*. É calculado com base em dados contábeis disponíveis por instituição financeira. Como representa a margem realizada pelos bancos nas

operações de crédito, este tipo de *spread* também é interpretado como um dos importantes componentes do lucro bancário.

Uma vez que este *spread* é determinado após a conclusão da operação, todos os trabalhos já realizados referem-se à estrutura deste *spread*. Abaixo segue tabela resumo com os principais resultados.

**TABELA 9: Estrutura do *spread* bancário *ex-post***

ESTUDO	PERÍODO	Nº BANCOS	MEDIDA DO SPREAD	MAIORES COMPONENTES
Fipecafi (2004)	2003	8	Spread bruto de intermediação, calculado em relação ao capital emprestado	Despesas operacionais; inadimplência; <i>spread</i> líquido
Fipecafi (2005)	1º Sem/2005	11	Spread bruto de intermediação, calculado em relação ao capital emprestado	Despesas operacionais; inadimplência; <i>spread</i> líquido
Matias (2006)	2001 a 2005	20	Spread total de intermediação, tesouraria e serviços calculado em relação ao ativo operacional.	Despesas operacionais(-); resultado(+); impostos(+); devedores duvidosos(+,-)

FONTE: Carvalho *et al* (2007, pg. 245)

Componentes do *spread* apresentados na ordem de participação

+: crescimento

-: diminuição

Os resultados indicam que o componente com maior participação na estrutura do *spread ex-post* são as despesas operacionais. O componente resultados dos bancos apresenta uma participação mais destacada em Matias<sup>3</sup> (2006), do que em Fipecafi<sup>4</sup> (2004 e 2005), o que possivelmente estaria associado ao fato de que o primeiro considera na conta, além das receitas de intermediação, as receitas de tesouraria e de serviços.

<sup>3</sup> MATIAS, A.B. *Condições estruturais do sistema bancário brasileiro: o spread bancário brasileiro*. Estudos CODEMEC, n.54. 2006.

<sup>4</sup> FIPECAFI. *Estudo sobre a apuração do spread da indústria bancária*. 2004 e 2005.

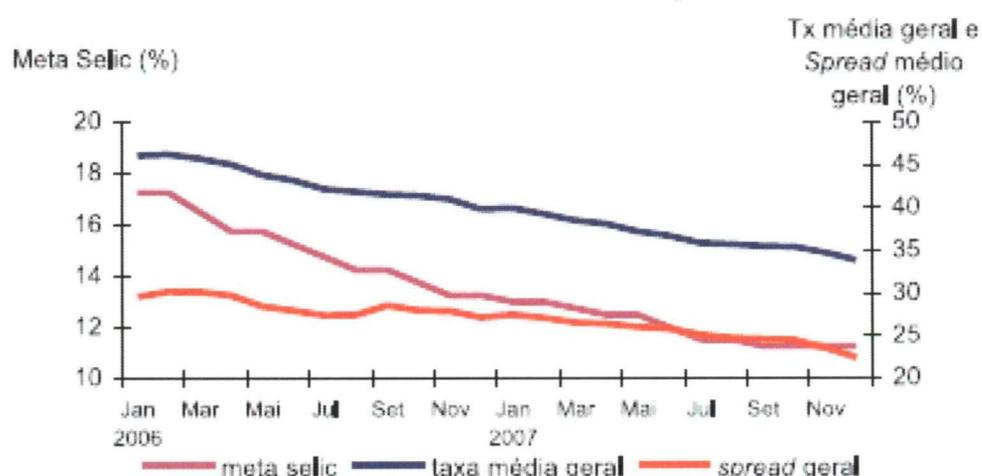
### 5.3 VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS NO PERÍODO RECENTE

O objetivo deste tópico é analisar no período recente (2006 e 2007) a evolução das variáveis destacadas nos estudos apresentados no tópico anterior, e verificar se estas ainda mantêm o mesmo grau de importância para a explicação do *spread*. Os componentes que apresentaram maior frequência de ocorrência entre os trabalhos apresentados foram:

- *Spread ex-ante* – Determinantes: Selic;
- *Spread ex-ante* – Estrutura: Margem líquida;
- *Spread ex-post* – Estrutura: Despesas operacionais;

Primeiramente, em relação à Selic, nos últimos anos verifica-se uma queda bastante significativa. Em janeiro de 2006, era de 17,25%, e no fim de 2007, chegou ao patamar de 11,25%, redução de 6% em dois anos. Da mesma forma, o *spread* médio geral manteve a mesma queda. No final de 2007, chegou a 33,8%, uma redução de 4,9%, sendo menor média desde o ano de 2000. É notório o acompanhamento do *spread* em relação à taxa básica de juros, corroborando a hipótese apontada nos estudos do tópico anterior, agora para os dois últimos anos.

**GRÁFICO 9: Meta Selic x Taxa Média Geral x *Spread* Médio Geral**



Fonte: Banco Central do Brasil

Agora, analisando os dados da tabela 8, na decomposição do *spread* para o período recente verifica-se que:

1. O custo administrativo manteve-se estável no período analisado. A mesma conclusão é aplicável desde 2001;
2. A margem líquida ou resíduo líquido para 2006(28,19%) e 2007(26,93), não ultrapassou o valor máximo já auferido, que foi de 30,99% em 2003.
3. O item inadimplência, que foi apontado em alguns estudos do tópico anterior, mas não em todos, nos dois últimos anos teve seus maiores índices, 38,34% e 37,35% confirmando-se como maior componente na decomposição do *spread*.

**TABELA 10: Decomposição do *spread* bancário – Proporção**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1 - <i>Spread Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2 - Custo Administrativo	13,18	15,02	11,79	14,18	15,46	12,36	13,50
3 - Inadimplência	32,36	32,20	31,96	34,66	36,10	38,34	37,35
4 - Custo do Compulsório	5,30	15,08	4,81	6,45	4,96	3,39	3,59
Depósitos a Vista	5,00	9,62	5,57	6,30	5,07	3,47	3,54
Depósitos a Prazo	0,30	5,46	-0,76	0,15	-0,10	-0,09	0,06
5 - Tributos e Taxas	6,93	7,78	7,09	7,61	8,13	7,67	8,09
Impostos Indiretos	6,69	7,39	6,85	7,39	7,85	7,43	7,81
Custo do FGC	0,25	0,38	0,24	0,22	0,28	0,24	0,28
6 - Resíduo Bruto (1-2-3-4-5)	42,23	29,92	44,36	37,10	35,35	38,24	37,46
7 - Impostos Diretos	14,11	11,50	13,37	11,03	9,92	10,05	10,53
8 - Resíduo Líquido (6-7)	28,12	18,42	30,99	26,07	25,43	28,19	26,93

Fonte: Depop/SP

A partir disso, conclui-se que assim como ocorreu a redução da taxa Selic e do *spread* médio (conforme gráfico 9) também houve redução da margem líquida. Isso sugere que os bancos vêm transferindo para os tomadores de crédito, pelo menos em parte, a redução do *spread*. E neste trabalho, apresentamos duas hipóteses bem claras que podem explicar essa redução do *spread*: ganhos de escala, decorrentes da concentração do setor e maior nível de empréstimos, em decorrência da redução da taxa básica de juros, que por sua vez diminui o custo de oportunidade no comparativo com as aplicações em títulos públicos.

#### 5.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A evolução recente do *spread* no Brasil demonstra uma perspectiva de melhora, pois comparada a anos anteriores, a tendência é de queda.

A partir dos resultados apresentados, destaca-se a importância da taxa básica de juros na *determinação do spread* no Brasil, pois foi a variável que teve maior frequência de ocorrência na análise *do spread ex-ante*.

Já em relação às metodologias empregadas para explicar os determinantes e a estrutura do *spread*, este capítulo buscou esclarecer algumas definições quanto ao conceito de *spread*. Demonstraram-se tanto as definições quanto as classificações da medida do *spread* (determinantes e estrutura) e a origem da informação (*ex-ante* ou *ex-post*).

A partir desta análise comparativa, observa-se que o resultado encontrado pelas diversas metodologias é bastante específico à finalidade em que esta foi aplicada. Mas, destaca-se que o *spread ex-ante* e o *ex-post* têm em comum significativas parcelas direcionadas para as despesas operacionais, provisões de inadimplência. Em relação margem líquida do banco, este sofre com viés de cada metodologia que o coloca em maior ou menor importância, e também por ser extraído pela diferença entre as demais variáveis.

Como os trabalhos utilizados ficaram restritos a um período até 2005, concluímos capítulo com um exercício de extensão e análise das variáveis mais significativas apresentadas, para os anos de 2006 e 2007. Conclui-se que o tanto o *spread* médio quanto a taxa Selic apresentaram tendência conjunta de queda, corroborando a hipótese de forte correlação. E por fim, a margem líquida dos bancos também seguiu a tendência de queda do *spread*, sugerindo a hipótese de que os bancos estão repassando ao tomador de crédito, ao menos em parte, a redução no custo da intermediação financeira.

## 6 CONCLUSÃO

A indústria bancária passou por um processo de profunda transformação. Do tipo clássico de instituição que se limitava a criar depósitos à vista e fazer empréstimos de curto prazo, passando pelo banco que define suas estratégias de balanço, a intermediação financeira evoluiu de tal forma que até os instrumentos de regulação financeira têm passado por diversas modificações nos últimos anos com intuito de “frear” a capacidade inovativa dos bancos que assumem riscos cada vez maiores.

Para o caso do setor bancário brasileiro, este tem sofrido forte influencia tanto do grau de concentração do mercado quanto do perfil de preferência pela liquidez dos banqueiros. As duas hipóteses levantadas neste trabalho reforçam que a característica do Brasil de manter a taxa básica de juros a patamares elevados, permite aos bancos o exercício da sua preferência pela liquidez, ao alocar parte de seu portfólio de ativos em títulos públicos federais. Como a rentabilidade é alta, gera-se um considerável custo de oportunidade incorrido para a realização de uma operação de crédito. Todos os retornos de aplicações e investimentos produtivos passam a ser comparados com a rentabilidade do título público, que é quase sem risco e líquido.

Com a adoção do Acordo de Basiléia e 2004, o Brasil deu um salto para a redução de riscos ao sistema financeiro. No entanto, pelo fato de a exigência de capital mínimo incidir somente nas operações de crédito, acabaram reforçando a preferência dos bancos pelas aplicações em títulos.

A consolidação do mercado bancário brasileiro tornou-o estável, confiável e oligopolizado. Como grande parte dos ativos e depósitos se concentraram nas mãos dos 5 maiores bancos, a hipótese da determinação de preços via um poder de mercado foi levantada por analistas, mas ainda não foi comprovada. O que fica claro, é que as barreiras impostas à entrada, juntamente com a escala e avanços tecnológicos obtidos, torna as fusões e aquisições a única forma de ganhos de *market share*.

A tendência recente de queda da taxa Selic acompanhada pela também queda dos *spreads* médios praticados, reforçam o argumento da preferência pela liquidez dos banqueiros. Esta mesma conclusão da influencia positiva entre Selic e *spread* também

foi verificada na maioria dos estudos realizados sobre a composição do *spread*, para todo o período de análise deste trabalho. Mesmo para os períodos mais recentes tanto o *spread* médio quanto a taxa Selic apresentaram tendência conjunta de queda, corroborando a hipótese de forte correlação. A margem líquida, também se reduziu com a queda no *spread* observado no período, sugerindo a hipótese de que os bancos estão repassando ao tomador de crédito, ao menos em parte, a redução no custo da intermediação financeira.

Perspectivas futuras são de gradativo aumento da oferta de crédito no Brasil. Como a economia vem apresentando índices de crescimento, o crédito terá importante participação neste processo, tanto no financiamento do setor produtivo quanto no financiamento do consumo das famílias. No entanto, vimos que a condição de incerteza baliza a tomada de ação dos agentes. E que para o caso da firma bancária brasileira, a cada movimento do governo, haverá reposicionamentos. Neste sentido, tanto a oferta quanto o preço do crédito continuará sendo influenciado, positivamente ou negativamente.

## REFERÊNCIAS

AFFANASIEFF, T. *et al.* “The determinants of bank interest *spread* in Brazil.” In: XXIX Encontro Nacional de Economia, 2001, Salvador.

AFFANASIEFF, T. *et al.* “The determinants of bank interest *spread* in Brazil.” *Money Affairs*, v. XV, n. 2, p. 183 – 207. 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Juros e *Spread* Bancário no Brasil** . 1999. Disponível em : <http://www.bcb.gov.br/?SPREADBR>. Acesso em 30 Outubro 2008.

BIGNOTTO, F; RODRIGUES, E. “Fatores de risco e *spread* bancário no Brasil”. *Trabalhos para discussão do Banco Central do Brasil*, n. 10. 2006.

\_\_\_\_\_. **Economia Bancária e Crédito: avaliação de 3 anos do Projeto Juros e *Spread* Bancário**. 2002. Disponível em : <http://www.bcb.gov.br/?SPREADBR>. Acesso em 30 Outubro 2008.

\_\_\_\_\_. **Economia Bancária e Crédito: avaliação de 4 anos do Projeto Juros e *Spread* Bancário**. 2003. Disponível em : <http://www.bcb.gov.br/?SPREADBR>. Acesso em 30 Outubro 2008.

\_\_\_\_\_. **Economia Bancária e Crédito: avaliação de 5 anos do Projeto Juros e *Spread* Bancário**. 2005. Disponível em : <http://www.bcb.gov.br/?SPREADBR>. Acesso em 30 Outubro 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. 2005. Disponível em : <http://www.bcb.gov.br/?SPREADBR>. Acesso em 30 Outubro 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. 2006. Disponível em : <http://www.bcb.gov.br/?SPREADBR>. Acesso em 30 Outubro 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. 2007. Disponível em : <http://www.bcb.gov.br/?SRREADBR>. Acesso em 30 Outubro 2008.

BELAISCH, A. **Do Brazilian Banks Compete?**. IMF Working Paper WP / 03 / 113. 2003.

CARVALHO, F.J.C. *et al.* **Economia Monetária e Financeira: teoria e política.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006.

CARVALHO, F.J.C *et al.* **Sistema Financeiro: Uma análise do setor bancário brasileiro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CARVALHO, F.J.C. **Inovação financeira e regulação prudencial: da regulação de liquidez aos acordos de Basileia.** São Paulo: Atlas. 2005.

COUTINHO, R. **Spread e concentração bancária no Brasil.** Monografia de conclusão de curso de Ciências econômicas. Curitiba: CSA/UFPR. 2003.

COSTA, A. **Mercado de Crédito e spread Bancário no Brasil.** Revista Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, 2003.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. **Macroeconomia.** São Paulo: MacGraw-Hill, 1991.

FIPECAFI. **Relatório final: estudo sobre a estrutura da taxa de juros no Brasil, apuração do spread da indústria bancária.** 61p. Disponível em [www.febraban.com.br](http://www.febraban.com.br). 2004.

FIPECAFI. **Estudo sobre a apuração do spread da indústria bancária.** 35 p. Disponível em [www.febraban.com.br](http://www.febraban.com.br). 2005.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços.** Rio de Janeiro, Qualitymark, 2002.

GRAMINHO, F.M. **O Canal de Empréstimos Bancários no Brasil.** Rio de Janeiro, 2003.

KEYNES, J.M. (1936) **Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

KEYNES, J.M. **A Treatise on Money**. The Collected Works of John Maynard Keynes, MacMillan, vol.2, p. 47,1971.

MATIAS, A.B. **Condições estruturais do sistema bancário brasileiro: o *spread* bancário brasileiro**. Estudos CODEMEC, n.54. 2006.

MENDONÇA, A.R. *et al.* **Regulação bancária e dinâmica financeira: evolução e perspectivas a partir dos Acordos de Basiléia**. Campinas – SP. Unicamp, 2006.

NAKANE, M. **Concorrência e *spread* bancário: uma revisão da evidência para o Brasil**. In Banco Central do Brasil, Economia Bancária e de Crédito – Avaliação de 4 anos de projeto Juros e *Spread* bancário, 2003

NAKANE, M. I. **A test of competition in Brazilian Banking**. Estudos Econômicos, 32, p. 203-22

OLIVEIRA, G.C. **O componente "custo de oportunidade" do *spread* bancário no Brasil: uma abordagem pós-keynesiana**. Dissertação de mestrado em Economia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo. 2006.

OREIRO, J.L.; PAULA, L.F.; SILVA, G.J. **Determinantes macroeconômicos do *spread* no Brasil: teoria e evidência recente**. Economia aplicada. 2006

PAULA, L.F.R.; ALVES Jr., A.J. (2003) **"Banking behaviour and the Brazilian economy after the Real Plan"**. Banca Nazionale dei Lavoro Quarterly Review, Roma, Italia, v. 227, p. 337-354.

PORTO, A.S. **O crédito bancário no Brasil no período de 1994 a 2002**. Monografia de conclusão de curso de Ciências econômicas. Curitiba: CSA/UFPR. 2003

POSSAS, M. L. **Estruturas de Mercado em Oligopólio**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

SAMPAIO, M.A. **Macrofinanças bancárias: dívida pública e gestão bancária no Brasil**. Dissertação de mestrado em Administração. Universidade de São Paulo. São Paulo .2007.

SANTOS, C.D.F. **Uma visão geral da formação do *spread* bancário no Brasil.** Monografia de conclusão de curso de Ciências econômicas. Curitiba: CSA/UFPR. 2002

SCHOLTENS, B.; WENSVEEN, D. (2000). ***A Critique on the theory of financial intermediation.*** Journal of Banking and Finance, 24, p. 1243-1251.

SCHUMPETER, J.A. (1912) ***Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung.*** Leipzig: Duncker & Humbolt.

SOARES, R. P. **Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação.** Brasília, DF: Ipea, 2001. 46 p. (Texto para Discussão, n. 808). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em 13 Jun. 2008.

VASCONCELOS, M. R. **O Todo e as Partes. Maringá.** Universidade Estadual de Maringá. Disponível em <http://ideas.repec.org/p/anp/en2003/e51.html>. Acesso em 13 Jun. 2008.